



Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

Parcerias Estratégicas do Brasil

Fabiano de Brito Villela

**Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em Relações Internacionais pela UnB**

Orientadora: Professora Doutora Maria Helena de Castro Santos

Brasília
2015

RESUMO

As parcerias estratégicas do Brasil avultaram de importância com o fim da Guerra Fria e a transição que se opera na distribuição de poder do Sistema Internacional. Com o desmantelamento da URSS e o surgimento de novos polos regionais de poder como a União Europeia, a China, a Índia, a Rússia e o próprio Brasil, esta em processo de reconfiguração ainda não terminado a nova distribuição de poder mundial. As relações internacionais, amistosas ou conflituosas, diversas vezes levadas ao extremo para resolução de controvérsias através das guerras, atualmente são exploradas e exercidas nas Organizações e Organismos Internacionais como ONU, OMC, FMI e Banco Mundial bem como nos Fóruns e Grupos decisórios tais como G-8, G-20, BRICS e IBAS. Entretanto, como todo período de transição, essa reconfiguração de poder mundial ocorre com avanços e retrocessos, e surgem as parcerias estratégicas que podem variar de arranjos temporários e pragmáticos a fim de se atingirem interesses nacionais imediatistas, bem como as parcerias estratégicas estáveis com vistas à consolidação de objetivos nacionais de longo prazo. As parcerias estratégicas podem ser entendidas como relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, construídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configuradas. A partir da direção universalista de nossa política externa, acompanhada por um contínuo pragmatismo, o Brasil possui um conjunto de parcerias estratégicas denominadas de tradicionais com as quais o Brasil construiu o seu histórico de desenvolvimento nacional e das quais recebeu maior influência desde a sua independência com EUA, União Europeia e América do Sul e as novas parcerias estratégicas, denominadas de emergentes, estabelecidas com China, Rússia, e Índia as quais aumentaram de importância simultaneamente com o crescimento e expansão econômicos do continente asiático, o qual vem se transformando em uma nova região de importância política e estratégica de dimensão global.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Política Internacional. Economia Política Internacional. Parcerias Estratégicas. Brasil. Política externa brasileira.

Abstract

Strategic partnerships in Brazil had improved right after the Cold War and the transition that operates in the distribution of power of the International System. With the collapse of the USSR and the emergence of new regional centers of power such as the European Union, China, India, Russia and Brazil itself, this reconfiguration process has not finished at the new distribution of global power. International, friendly or conflicting relationships, repeatedly taken to the extreme for resolution of disputes through wars, are currently explored and exercised in International Organizations such as the UN, WTO, IMF and World Bank as well as in forums and decision-making groups such as G -8, G-20, BRICS and IBSA. However, like any transition period, this reconfiguration of global power occurs with advances and setbacks, and strategic partnerships emerge as forums that can range from temporary and pragmatic arrangements in order to achieve short-sighted national interests as well as the stable strategic partnerships with the consolidation of long-term national goals. Strategic partnerships can be understood as priority political and economic relations mutually remunerative, built from a heritage of universally configured bilateral relations. From the universal direction of our foreign policy, accompanied by a continuous pragmatism, Brazil has a number of strategic partnerships called traditional, which Brazil has built its national development and history and received greater influence since independence with US, European Union and South America and new strategic partnerships, called emerging, established with China, Russia, and India which increased importance simultaneously with the growth and economic expansion of the Asian continent, which has been transformed into a new area of political and strategic importance of global dimension.

Keywords: International Relations. International Policy. International Political Economy. Strategic Partnerships. Brazil. Brazilian foreign policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA -	Agência Internacional de Energia Atômica
ALADI -	Associação Latino-Americana de Integração
ALCA -	Associação de Livre Comércio das Américas
BRICS -	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CASA -	Comunidade Sul Americana de Nações
CBERS -	China-Brazil Earth Resources Satellite
CNUDS -	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável
CSONU -	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Planejamento Agropecuário
EUA -	Estados Unidos da América
FARC -	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
FMI -	Fundo Monetário Internacional
GATT -	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GWT -	Global War Against Terrorism
IBAS -	Índia, Brasil e África do Sul
MERCOSUL -	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH -	Missão de Estabilização do Haiti
MTRC -	Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
NOEI -	Nova Ordem Econômica Internacional
OEA -	Organização dos Estados Americanos
OMC -	Organização Mundial do Comércio
ONU -	Organização das Nações Unidas

OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA -	Estado do Pará
PCC -	Partido Comunista Chinês
PDVSA -	Petróleo de Venezuela SA
PIB -	Produto Interno Bruto
TNP -	Tratado de Não Proliferação Nuclear
UE -	União Europeia
UNASUL -	União das Nações Sul Americanas
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	PARCERIAS ESTRATÉGICAS – UNCONCEITO EM CONSTRUÇÃO.....	8
3	A IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS ESTRATÉGICAS TRADICIONIAS DO BRASIL.....	12
	3.1 As Relações Bilaterais Brasil – EUA.....	12
	3.2 A Parceria Estratégica Brasil – União Europeia.....	23
	3.3 O Relacionamento entre o Brasil e o Japão.....	27
	3.4 As Relações Brasil – América do Sul: a construção das parcerias com o entorno estratégico.....	30
4	AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS EMERGENTES DO BRASIL.....	37
5	CONCLUSÃO.....	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
	ANEXOS.....	56

1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo constitui-se de vastas redes de poder, em que política, economia, sociedade e cultura se entrecruzam em escala global. A conformação do espaço internacional deixa de ser entendida como uma mera interação entre Estados. A importância da ação estatal prevaleceu até pelo menos o fim da guerra fria, mas a reconfiguração da história contemporânea das relações internacionais reconhece a irrupção de novos fatores e novos atores. Esses personagens deixam de ser meras criaturas do Estado e atuam por si enquanto expressão da vontade social autônoma em um mundo cada vez mais consciente de sua emancipação e do eventual afastamento de seus interesses próprios daqueles porventura definidos pelas instituições formais, caracterizando um período de transição que se opera nas relações internacionais. (Martins apud Saraiva, 2008: 9)

Apesar da distensão oriunda do desarme ideológico e de uma redução significativa nos gastos com a defesa em todo o mundo, o início de uma nova era não trouxe a paz a todas as regiões. Zonas de conflito localizaram-se na área de dissolução do Império Soviético, bem como nos Bálcãs, no Oriente Médio e em alguns países africanos (Somália, Chade, Congo, Angola e Libéria). Algumas tensões no Caribe mantiveram-se. A unificação da Alemanha causou apreensão aos europeus. Levas de imigrantes das zonas pobres para o Primeiro Mundo e redes internacionais de crimes eram novos problemas a enfrentar. A paisagem geopolítica descortinava, além disso, a ascensão de centros de poder na Europa (Alemanha e Rússia) e no extremo oriente (Japão), postos diante de uma posição de solidão dos Estados Unidos. Aparentemente legitimada pela ONU, uma estranha mistura de pax americana com restos de alianças da guerra fria agia para manter a ordem de forma intempestiva, como na Guerra do Golfo, ou hesitante, como nas guerras da Iugoslávia e da Somália. Os atentados de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono

apresentaram-se como um marco na política internacional pós Guerra Fria, confirmando o terrorismo como uma nova preocupação no sistema internacional, ocasionando o desenvolvimento da Guerra Global contra o Terror (Cervo apud Saraiva, 2008: 319).

Com o fim da Guerra Fria, as relações internacionais acentuaram as características de uma fase de transição que ainda não amadureceu o suficiente para configurar com nitidez a nova ordem internacional. Novos atores, novos conflitos e novas crises econômicas vêm contribuindo para emoldurar um sistema internacional onde a busca por Organismos Internacionais mais democráticos e com maior participação dos países em desenvolvimento e a proposição de novas agendas como os problemas do aquecimento global e do combate ao terrorismo exigem maior flexibilidade e abertura dos países do primeiro mundo.

Este trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tem o propósito de analisar como as parcerias estratégicas tradicionais e emergentes vêm auxiliando o Brasil no seu reposicionamento no jogo de poder mundial.

Para abordar o assunto, serão apresentados, além da presente introdução, três capítulos expositivos e uma conclusão.

No segundo capítulo serão apresentadas algumas definições sobre parcerias estratégicas.

No terceiro capítulo serão apresentadas as tradicionais parcerias estratégicas do Brasil, seus vínculos históricos e contribuições para seu desenvolvimento.

No quarto capítulo serão identificadas as parcerias estratégicas emergentes após o fim da Guerra Fria e como elas cooperam com o multilateralismo da política externa brasileira.

Na conclusão sintetizaremos como as parcerias estratégicas tradicionais e emergentes vêm auxiliando o Brasil no seu reposicionamento no jogo de poder mundial.

A relevância deste trabalho consiste em oferecer à reflexão não só a importância da manutenção das parcerias estratégicas tradicionais, bem como do aprofundamento das parcerias estratégicas emergentes, as quais contribuem para incrementar o multilateralismo da política externa brasileira e melhorar a qualidade de sua inserção internacional.

2 PARCERIAS ESTRATÉGICAS – UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

A queda do Muro de Berlim, em outubro de 1989, e o desmantelamento da União Soviética, em dezembro de 1991, encerram o período de equilíbrios estratégicos construídos após a II Guerra Mundial (1939 – 1945). Com o fim da Guerra Fria, grandes temas emergem, tais como a crise e obsolescência do socialismo centralizado como modo alternativo de produção e de organização política; a reafirmação da economia de mercado e dos regimes democráticos como princípios unificadores da “nova ordem internacional”; a emergência de “novos” problemas globais ligados ao meio ambiente, aos direitos humanos, à saúde, ao terrorismo e à sociedade da informação, entre outros; a ascensão triunfal da “nova” economia acompanhada de revoluções tecnológicas nas áreas da informática, telecomunicações e biotecnologia; e a persistência de “velhos” problemas de desenvolvimento que atingem grandes porções da humanidade, tais como a desigualdade social, o desemprego, a corrupção e a pobreza extrema.

Além dos “novos” temas da agenda internacional, mudanças intensas na geopolítica mundial nas últimas décadas incluem a queda da URSS; a ascensão vertiginosa da China desde 1992; a emergência do Brasil, Rússia, Índia e África do Sul como potências regionais; a exagerada projeção de poder dos EUA evidenciados nas respostas aos atentados de 11 de setembro de 2001; a potencial proliferação nuclear em países como Índia, Paquistão,

Coreia do Norte e Irã; e o aumento das incertezas do sistema financeiro global comandado pelos EUA.

O fim do confronto entre as duas superpotências do século XX não eliminou as assimetrias de poder entre os países do sistema internacional, as quais continuam a existir relacionadas a diferenças de recursos econômicos e militares, e nem tampouco mitigou os “novos” problemas da agenda global, que se tornaram mais abundantes e complexos. A partir deste panorama de início de século, verificamos que as relações interestatais adquiriram novos formatos, mais flexíveis e multilaterais se comparados às rígidas e firmes relações típicas da Guerra Fria.

Nesse novo cenário de interações e acomodações internacionais ligadas à ascensão e queda de potências, surgem as parcerias estratégicas que podem variar de arranjos temporários e pragmáticos a fim de se atingirem interesses nacionais imediatistas, até parcerias estratégicas estáveis com vistas à consolidação de objetivos nacionais de longo prazo. Em geral, um país pode adotar atitudes de integração e colaboração variadas com relação aos atores do sistema internacional, revelando tendências cujos extremos vão do isolacionismo até o pleno engajamento na governança global e seus Organismos e Regimes Internacionais. Vejamos a seguir alguns conceitos e definições sobre as parcerias estratégicas.

Vladas Sirutavicius (2006) define parceria estratégica como aquela em que o diálogo entre as autoridades máximas de ambos os governos é profícuo e amistoso, podendo inclusive assumir formatos cada vez mais institucionalizados; a cooperação nas esferas da mais alta importância estratégica é intensa, sobretudo nas áreas vitais para o país, como a político-militar e de segurança; as relações políticas não se limitam às altas hierarquias, sendo transferidas para outros níveis públicos, significando, na prática, existirem relações cada vez mais dinâmicas entre as duas sociedades em áreas como a econômica-social e cultural, com

possibilidade de desenvolvimento de cooperação com diversos atores da sociedade civil. (Sirutyvacius, 2006)

Segundo Cameron e Yongnian (2010), parceria estratégica é um compromisso de longo prazo entre dois importantes atores com vistas a estabelecer uma relação próxima em um número significativo de áreas ou políticas. Os autores advertem, porém, que a existência de uma parceria estratégica não impede o surgimento de diferenças entre os parceiros, mas que estes reconhecem a importância do compromisso mútuo assumido e se dispõem a encontrar bases comuns sempre que possível (Cameron e Yongnian, 2010: 4).

A partir dos anos 1990, o conceito de parcerias estratégicas adquiriu nuances diversas e, particularmente, um caráter crescentemente operacional e subordinado à realização dos mais diferentes fins ou interesses nacionais:

Mais vinculado ao debate Norte-Sul e à ideia de Nova Ordem Econômica Internacional – NOEI dos anos 1980, no pós Guerra Fria o termo é reformulado como um instrumento para precisar as interações que permitem ganhos substantivos numa cena internacional, caracterizada por uma crescente amplitude das margens de decisão, um crescente elenco de atores internacionais, no que os novos temas da agenda internacional reativam a necessidade de construção de alianças operativas pautadas pela concertação política nos foros internacionais multilaterais para a negociação de regimes internacionais regulatórios, e de outro a própria cooperação científica e tecnológica com a intenção de superar as limitações ao acesso de insumos para o desenvolvimento (LESSA, 1998: 66).

A partir da direção universalista na política externa brasileira, acompanhada por um contínuo pragmatismo, o que possibilita a seleção de parceiros estratégicos preferenciais, aos quais se atribui atenção diplomática privilegiada, com o objetivo de lhes conferir densidade política e econômica, o que permitiria ganhos concretos de ambos os lados, Antônio Carlos Lessa apresenta o conceito de parcerias estratégicas:

seriam relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, construídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado. A construção de parcerias estratégicas é produto da compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos constrangimentos internacionais que se apresentam conjuntamente (LESSA, 1998: 31).

De acordo com Yong Deng que examina o caso específico da China, parceria estratégica significa a aceitação mútua da importância dos Estados parceiros, ressaltando o desejo político do Estado parceiro de reconhecer a legítima ascensão da China, de administrar áreas de desacordo de forma a melhorar o relacionamento bilateral e, se possível, melhorar a coordenação em termos de promoção de preferências comuns na arena internacional (Deng, 2008: 128).

Dos diversos conceitos sobre parcerias estratégicas apresentados acima podemos concluir que existem distinções e graduações no emprego do termo pelos diversos Estados do sistema internacional. No presente artigo, utilizaremos o conceito de parcerias estratégicas conforme definido pelo Professor Doutor Antônio Carlos Lessa, que destaca não somente a priorização do esforço cooperativo entre as partes, bem como ressalta o propósito mais amplo da parceria, de se alcançarem objetivos políticos e econômicos reciprocamente remuneradores.

Nos últimos anos, diversos países decidiram formar parcerias estratégicas com alguns de seus principais colaboradores regionais ou globais, sobretudo com vistas a promover o desenvolvimento, diminuir as assimetrias, garantir a segurança e aumentar ou preservar seu poder relativo no sistema internacional. No próximo item examinaremos os relacionamentos do Brasil com atores denominados de parceiros tradicionais (Estados Unidos, União Europeia e Japão) e os parceiros regionais (o conjunto sul-americano e a Argentina) e no item 4 abordaremos as parcerias estratégicas do Brasil em novos relacionamentos, ou seja, as parcerias emergentes com a China, a Rússia e a Índia definidos como prioritários pela política externa brasileira recente.

3 A IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS ESTRATÉGICAS TRADICIONAIS DO BRASIL

As experiências históricas dos relacionamentos internacionais do Brasil foram significativas para a implementação da estratégia de desenvolvimento nacional e pelo posicionamento do país no sistema internacional. As parcerias estratégicas tradicionais demandaram apoios políticos, capacidade de articulação, aumento do fluxo de capitais e do comércio e ampliação em cooperação científica e tecnológica, as quais auxiliaram na construção e consolidação de nosso atual estágio de democratização e estabilização econômica, bases fundamentais para a melhoria de nossa estratégia de inserção internacional contemporânea de diversificação de vínculos externos e caráter universalista.

Neste capítulo analisaremos os relacionamentos bilaterais e as principais parcerias estratégicas tradicionais com os EUA, a União Europeia, o Japão e os países da América do Sul os quais adquiriram sentido prioritário nos cálculos da política externa brasileira hodierna.

3.1 As Relações Bilaterais Brasil – Estados Unidos da América (EUA)

As relações bilaterais Brasil - EUA no período subsequente ao encerramento da Guerra Fria demandam a compreensão das linhas gerais de desenvolvimento desta interação, caracterizada atualmente como pertencente ao eixo Norte-Sul das relações internacionais do Brasil.

Com o esfacelamento da URSS em 1991, algumas visões tornaram-se dominantes no cenário internacional no que se refere à universalização do modelo liberal e unipolar hegemônico dos EUA, a superpotência restante. Termos como nova ordem mundial e globalização tornaram-se comuns, indicando a prevalência da supremacia dos valores e princípios dos norte-americanos e a ausência de vias alternativas. Mesmo antigos inimigos como a Rússia e os países do bloco oriental aderiram à democracia e ao capitalismo.

Para o Brasil isto representou a retomada da tradição bilateral-hemisférica com a priorização do eixo Norte-Sul, com foco nos EUA. A lógica que sustentou esta via foi embasada na percepção da unipolaridade estadunidense e na crítica às iniciativas anteriores de busca por uma autonomia excessiva que motivara certo afastamento brasileiro da potência hegemônica.

Desta forma, no contexto de transição democrática do encerramento da Guerra Fria, nas primeiras eleições diretas do Brasil após o período do regime militar, Fernando Collor de Mello chegou ao poder com um discurso de modernização do país e superação da crise econômica. Para tal, adotou gradualmente os princípios do Consenso de Washington, com a implementação dos processos de privatização da economia, os cortes nos programas sociais, a desregulamentação financeira e a abertura econômica, formando a base neoliberal das reformas internas pró-mercado. Tais parâmetros surgiram como condições para que as nações em desenvolvimento participassem do novo sistema internacional, recebessem a ajuda do FMI e atingissem prosperidade.

Além das reformas no plano interno, a fim de conectar o Brasil aos fluxos das relações internacionais, era preciso aderir aos regimes internacionais que não haviam sido aceitos em fases anteriores, principalmente aqueles relacionados ao meio ambiente, direitos humanos e tecnologias sensíveis. Temas tradicionais de resistência da diplomacia brasileira diante das pressões norte americanas foram eliminados, como a questão da proliferação nuclear: mesmo sem ter assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), Collor cortou os investimentos nesse campo e promoveu gestos simbólicos como o fechamento de um poço para testes nucleares na Serra do Cachimbo (PA).

Na nova ordem internacional, as “novas ameaças” (terrorismo, tráfico de drogas, crescimento populacional desordenado, questão ambiental e proliferação de armas de destruição em massa) substituíram “o perigo comunista” presente na Guerra Fria. Para os

países latino-americanos, isso implicou, dentro das fronteiras nacionais, uma mudança no papel atribuído às Forças Armadas – para o assim chamado “papel de polícia”. Dessa forma, elas estariam incumbidas de lutar contra o narcotráfico e o crime organizado e de, eventualmente, controlar a violência e os distúrbios urbanos. No campo externo, as Forças Armadas deveriam juntar-se às forças de paz das Nações Unidas, quando assim solicitadas. Esse papel limitado no *front* externo, contudo, não foi motivo de grande preocupação dos países latino-americanos, nem durante nem tampouco depois da Guerra Fria. É no campo interno que os militares reagem (e reagiram) fortemente ao papel de polícia a eles atribuído, considerado inferior àquele desempenhado durante a Guerra Fria (Santos, 2004: 116).

Assim, a adaptação das Forças Armadas brasileiras e a mudança do projeto de segurança nacional também fizeram parte do processo de democratização do país e da conformação ao novo papel das Forças Armadas de países em desenvolvimento definidos pelos Estados Unidos e pela OTAN.

No campo dos direitos humanos, o Brasil formalizou sua adesão à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Diego) e a Pactos da ONU e da OEA. Na arena ambiental, o Brasil procurou reduzir suas vulnerabilidades, uma vez que nos anos 1980 era apresentado como “vilão ambiental”, promovendo a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (ECO-1992). Além do relatório final, consubstanciado na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, foi elaborada a Convenção Quadro Sobre Mudança Climática, que resultou no Protocolo de Kyoto em 1997, e na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20. Os avanços na agenda do meio ambiente representaram conquistas brasileiras que não correspondiam plenamente aos interesses dos EUA.

No campo comercial, contudo, o quadro foi diferente: o período correspondia à Rodada Uruguai do GATT (1986 – 1994), que já havia gerado diversas tensões entre a

diplomacia brasileira e norte-americana. Além das demandas de abertura e comércio justo do GATT, o Brasil e os EUA se enfrentavam em temas de patentes e política de informática. Estes desacordos provocaram o pior momento das relações bilaterais nos anos 1980, sendo o Brasil incluído na lista negra do Departamento de Comércio norte-americano, pela aplicação da Cláusula Super 301¹. A estratégia de Collor, no início da década de 1990, foi priorizar as demandas norte-americanas, abrindo o mercado brasileiro às exportações, o que, em seu discurso, significava a modernização do país. Eliminavam-se, assim, os principais contenciosos com os norte-americanos e setores estratégicos encontravam-se abertos às forças do mercado internacional (Pecequilo, 2012: 52).

Com a chegada de Itamar Franco ao Palácio do Planalto, as concessões comerciais aos EUA foram mantidas, porém o alinhamento pleno foi substituído por algumas decisões de caráter autonomista. Nas Nações Unidas, iniciou-se o pleito pelo assento de membro permanente no Conselho de Segurança (CSONU), retomando contatos preferenciais com China, Índia e Rússia. Internamente, focos de resistência às privatizações e ao aprofundamento do neoliberalismo ganharam espaço (Pecequilo apud Lessa, 2013: 74).

Essa retomada foi acompanhada pela reavaliação de como o Brasil deveria obter reconhecimento político internacional, passando a uma ação pró-ativa e não só de alinhamento. Neste ínterim, o Brasil apresentou seu pleito por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. O argumento que o Brasil utilizou em prol da reforma deste órgão, assim como das demais organizações internacionais, sustentava-se na defasagem e desatualização entre o sistema multilateral criado em 1945 e o equilíbrio de poder em formação no período pós Guerra Fria (Pecequilo, 2012: 58).

¹ Cláusula Super 301: Esta cláusula requer que o USTR (Escritório do representante Comercial dos EUA) investigue práticas comerciais consideradas desleais aos interesses norte-americanos e prepare uma lista negra de países de práticas “não-razoáveis”, um cronograma para sua eliminação e um programa de sanções a ser aplicado.

Ainda neste sentido de relativa autonomia, a política sul-americana consolidou-se como “prioridade primeira” da agenda diplomática brasileira, a partir da valorização dos processos de integração regional. A continuidade do MERCOSUL com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto² em 1994 demonstra a solidez do bloco e a dinâmica de reforçar o comércio inter-regional no Cone Sul (Pecequillo, 2012: 59).

Todavia, o avanço mais significativo da administração de Itamar Franco foi alcançado no plano interno, com a implementação do Plano Real. Este plano econômico permitiu ao Brasil encerrar quase quinze anos de crises recorrentes, reduzindo drasticamente a inflação e contribuindo com a melhoria da estabilidade interna do país. O sucesso desta estratégia de estabilização garantiu a vitória do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) nas eleições presidenciais de 1994 e sua posterior reeleição em 1998 (Pecequillo, 2012: 61).

Logo depois de eleito, FHC compareceu à Cúpula das Américas nos EUA³, em dezembro de 1994, sinalizando que o eixo da política externa brasileira retornaria ao bilateralismo, após a breve quebra de 1992 a 1994. Esta Cúpula representou os esforços do governo de Bill Clinton no sentido de retomar a iniciativa norte-americana no hemisfério sul. Apesar do discurso cooperativo associado à ALCA, mais uma vez, o objetivo norte-americano era reposicionar-se em seu hemisfério. A abertura dos mercados sul-americanos era o propósito central (Pecequillo, 2012: 62).

Neste primeiro mandato (1995 – 1998), FHC procurou agir de forma positiva nas relações internacionais, contribuindo para a construção e ampliação dos regimes internacionais. Em 1997, o Brasil participou da criação da OMC, no encerramento da Rodada

² Protocolo de Ouro Preto: é o primeiro segmento do tratado de Assunção que estabeleceu as bases institucionais para o MERCOSUL. Denominou-se assim porque foi assinado em dezembro de 1994 na cidade histórica de Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil, e é complementar às bases institucionais do Tratado de Assunção.

³ Cúpula das Américas: é uma reunião de cúpula entre os chefes de Estado do continente americano criada pela Organização dos Estados Americanos com o objetivo de alcançar um nível maior de cooperação entre os países da zona econômica americana.

Uruguai do GATT, aderiu ao Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), o Congresso Nacional aprovou a Lei das Patentes e a Lei Cultivares sobre propriedade intelectual do setor agrícola. Em 1998, o Brasil assinou o Protocolo de Quioto referente às mudanças climáticas, ao controle de emissão dos gases do efeito estufa e metas de redução. Ainda em 1998, o Brasil ratificou o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), o que se converteu no movimento mais simbólico de adesão aos regimes internacionais neste período (Pecequillo, 2012: 64).

Uma das reformas nas quais o Brasil esperava que a assinatura do TNP e demais regimes contribuísse para sua validação pelos norte-americanos era a das Nações Unidas e desde 1993 o país pleiteava um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Esta abordagem brasileira para a ONU não surtiu efeitos positivos, permanecendo um vácuo de reforma neste órgão. A mesma expectativa de que o alinhamento traria concessões também se revelou frustrada no âmbito de duas negociações comerciais quase simultâneas, a ALCA e a OMC (Pecequillo, 2012: 66-67).

Em 1994, o projeto ALCA foi lançado na I Cúpula das Américas, a qual fazia parte de um projeto político e econômico mais amplo previsto por Bush pai nos anos 1990, que tinha como objetivos a estabilidade democrática hemisférica e o estabelecimento de uma Zona Hemisférica de Livre Comércio. Os norte-americanos sempre foram muito claros em externar que suas propostas para a ALCA não visavam ao modelo da União Europeia (UE) que supunha a evolução dos fluxos comerciais para a arena política e econômica, com livre circulação de pessoas, moeda comum ou ajuda para o desenvolvimento, combatendo as assimetrias regionais. E como as negociações conservaram-se somente no campo comercial, as maiores divergências permaneceram nos setores agrícolas e industriais onde inúmeras barreiras eram impostas aos produtos brasileiros. Mesmo com o relativo alinhamento do período, havia a percepção de que não era viável que o Brasil pudesse concordar com uma

área de livre comércio nos termos propostos pelos EUA. Apesar das tarifas norte-americanas serem baixas, existiam mecanismos não tarifários e medidas de dumping que se aplicavam aos produtos brasileiros e dificultavam o comércio bilateral (Pecequilo, 2012: 67-68).

Estas divergências extrapolaram para as negociações comerciais da OMC. Desde a Conferência Ministerial de Cingapura (1996), passando por Genebra (1998) e a tentativa de encerramento da Rodada do Milênio em Seattle (1999), a dinâmica ocorreu pela pressão dos países ricos para a abertura dos mercados dos países em desenvolvimento, principalmente no setor de serviços, conhecida como Agenda de Cingapura, e a resistência dos menos desenvolvidos associada à demanda de abertura agrícola e redução dos protecionismos e subsídios (Pecequilo, 2012: 73).

O segundo mandato de FHC (1999 – 2002) foi caracterizado pelo relativo afastamento que se estabeleceu entre os EUA e a América do Sul. A postura do presidente americano George W. Bush sustentava-se em uma percepção unipolar do sistema internacional, tendo como prioridade a abordagem unilateral desse sistema em detrimento do multilateralismo (Pecequilo, 2012: 76-77).

Os atentados de 11 de setembro de 2001 inauguraram a era da Guerra Global contra o Terror (GWT). Em 2002, os EUA lançaram a Doutrina Bush e seu conceito de guerra preventiva, e formularam também a retórica do Eixo do Mal, identificando como riscos à segurança norte-americana países como o Irã, o Iraque, e a Coreia do Norte que não respeitavam as normas internacionais (Rogue States)⁴. Neste contexto, foram lançadas duas operações militares no Oriente Médio, sendo uma no Afeganistão e outra no Iraque (Pecequilo, 2012: 77).

⁴ Rogue States: Estado vilão – termo usado por alguns teóricos internacionais para denominar Estados que consideram como uma ameaça a paz mundial.

No hemisfério Sul isto significou um novo afastamento, produzindo maiores espaços de ação para a diplomacia brasileira, ênfase renovada em questões de segurança e o esvaziamento das negociações da ALCA. Na área da segurança três questões destacaram-se no período: o Plano Colômbia e a definição das FARC como um grupo narcoterrorista, o avanço das esquerdas na região andina lideradas pela consolidação da presidência de Hugo Chávez na Venezuela e a identificação da tríplice fronteira Argentina – Brasil – Paraguai como foco de financiamento do terrorismo transnacional, tráfico de armas e pessoas, crime organizado e contrabando (Pecequilo, 2012: 78-79).

Estes eventos encerram a fase denominada de alinhamento, da década de 1990, das relações bilaterais Brasil – EUA, para darem início a um período de maior autonomia brasileira nas relações internacionais. Em janeiro de 2003 assume a presidência do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva findando a era dos alinhamentos, consolidando a retomada do multilateralismo e do globalismo. Desta retomada resulta a diplomacia dos eixos combinados Norte – Sul e Sul – Sul e o reconhecimento do Brasil como poder regional e global pela diplomacia norte-americana (Pecequilo, 2012: 85).

Em dezembro de 2002, logo após vencer as eleições, Lula em visita a Washington pronunciou um discurso no *National Press Club* em torno de temas de parceria e confiança. Este discurso sinalizou aos norte-americanos que sua presidência sustentaria os compromissos internacionais previamente assumidos nas arenas políticas e econômicas, independentemente da mudança de governo (Pecequilo, 2012: 87).

No plano político estratégico, em 2004 o Brasil inicia sua participação na Missão de Estabilização no Haiti (MINUSTAH). A diferença desta missão para as demais que o país participara na ONU reside principalmente na forma de projetar a presença nacional como líder da missão e não apenas como Estado participante. Esta liderança eleva o grau de responsabilidade do Brasil, bem como seus custos políticos, estratégicos e financeiros diante

da organização e dos demais países (Pecequilo, 2012: 90).

Outro elemento que elevou a visão dos EUA sobre o país refere-se à reconstrução do poder militar nacional e o desenvolvimento nuclear autônomo. A retomada do programa nuclear brasileiro gerou alguns desentendimentos entre as diplomacias, pois o Brasil não assinara o Protocolo Adicional do TNP que autorizaria a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) a ter pleno acesso às Indústrias Nucleares do Brasil. Este acesso permitiria o conhecimento das ultracentrífugas de tecnologia brasileira, que possuem a vantagem de não utilizarem apoio mecânico, mas um mancal eletromagnético, o que as torna mais eficientes e econômicas do que as de tecnologia mecânicas disponíveis para o enriquecimento do urânio. (Pecequilo, 2012: 104).

No plano econômico, nas negociações da OMC de 2003, em Cancun, foram criados os G-20 financeiro e comercial entre os países em desenvolvimento com o propósito de resistir às pressões dos países ricos, apresentar propostas e reformas. Liderada pelo Brasil, o G-20 comercial teve como objetivos impedir concessões adicionais dos países em desenvolvimento aos países desenvolvidos no setor industrial e na agenda de Cingapura (área de serviços) sem reciprocidade na dimensão agrícola e na eliminação de subsídios. Em ambos os casos o Brasil exerceu significativa posição de liderança, com impactos sobre sua relação bilateral com os EUA (Pecequilo, 2012: 101).

Em 2004, outro elemento de poder adicional brasileiro começou a despontar com a descoberta das primeiras reservas do pré-sal, o que elevou o papel do país no mercado energético do petróleo. Para os EUA, estas reservas surgiram como estratégicas, tornando o Brasil um potencial fornecedor, fonte de vulnerabilidade norte-americana devido à sua dependência de nações “pouco confiáveis” como Arábia Saudita, Rússia e Venezuela (Pecequilo *apud* Lessa, 2013: 82).

A crescente importância do Brasil nos cenários políticos e econômicos internacionais culmina em 2005 com o estabelecimento do “diálogo estratégico” entre o Brasil e os EUA durante visita do presidente George W. Bush ao país. Em termos de diplomacia norte-americana, a classificação de uma relação bilateral como estratégica deriva do reconhecimento da relevância do país como parceiro no sistema internacional e significa que este é aliado preferencial dos EUA na discussão de temas globais, inserindo-se nesta classificação nações como a China e o Reino Unido (Pecequillo, 2012: 108-109).

Em sequência, os desequilíbrios econômicos nos EUA começaram a apresentar seus primeiros sinais em agosto de 2007 com a crise do mercado imobiliário norte-americano, atingindo seu auge em setembro de 2008 com o resgate, pelo governo dos EUA, das grandes empresas Fannie Mae e Freddie Mac de Hipoteca, os bancos Lehman Brothers, Merrill Lynch e a seguradora AIG da concordata demonstrando a fragilidade de suas finanças e ausência de liquidez no mercado (Pecequillo, 2012: 115-116).

O Brasil também foi diretamente afetado pela crise, mas em menor escala que as economias desenvolvidas, situação compartilhada pelos demais países emergentes como a China, a Rússia e a Índia. Estas nações emergentes tornaram-se elemento central da Cúpula do G-20 financeiro realizada em novembro de 2008 (Pecequillo, 2012: 116).

Os primeiros seis meses da Presidência de Barack Obama foram caracterizados pela mesma euforia que acompanhou sua eleição, posse e primeiros atos de governo. O presidente norte-americano realizou viagens históricas para o Oriente Médio e África, pronunciando discursos de reconciliação e expansão democrática (Pecequillo, 2012: 121).

Logo no primeiro ano de governo, Obama conseguiu a aprovação do plano de estímulo à economia pelo Congresso, que continuava a aumentar exponencialmente a dívida interna dos EUA e que trazia uma cláusula preferencial para aquisição de produtos americanos de caráter protecionista e o adiamento das reformas estruturais do Banco Mundial

e FMI as quais dariam maior poder de decisão aos emergentes que contribuía com a estabilidade global (Pecequillo, 2012: 121).

Um dos efeitos da imobilidade da administração de Obama nestas dimensões foi impulsionar a consolidação dos BRICS como uma aliança, com potencial de institucionalização. Na ausência de reformas no Banco Mundial, FMI, G7 e dos impasses do G-20 financeiro, em 2009 realizou-se a primeira cúpula dos BRICS em Ecaterimburgo, na Rússia (Pecequillo, 2012: 123).

Em janeiro de 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência do Brasil, fato este bem recebido pelos norte-americanos que ressaltaram a importância de ser a primeira mulher a ocupar o cargo no país. Logo na sequência, iniciaram-se os preparativos para a visita de Barack Obama ao Brasil. Em comunicado oficial foram listados alguns dos temas que fariam parte do encontro em março de 2011: Haiti, cooperação energética, agenda social (segurança alimentar e direitos humanos), multilateralismo econômico e a reforma do Conselho de Segurança da ONU (Pecequillo, 2012: 143).

Especificamente, o encontro resultou nos seguintes acordos: Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de Aviação, Memorando de Entendimento sobre as Dimensões da Biodiversidade, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Diálogos Estratégicos Brasil – EUA e Memorando de Entendimento sobre a Organização de Grandes Eventos Esportivos (Pecequillo, 2012: 148).

Por fim, podemos concluir que as relações bilaterais Brasil – EUA no pós-Guerra Fria transitaram de posturas de alinhamento para uma maior autonomia pelo lado brasileiro, enquanto que os norte-americanos praticam posturas de contenção ou engajamento, a fim de não cederem poder no seu tradicional espaço hemisférico nem tampouco nos Organismos Internacionais.

Depois de entendermos o lugar que os EUA ocupam na política externa brasileira desde os tempos da democratização, avulta de importância o exame da procura europeia pelo seu papel internacional, nas duas últimas décadas, e o relacionamento do Brasil – União Europeia, conforme será analisado em sequência.

3.2 A Parceria Estratégica Brasil – União Europeia (UE)

Com as transformações da economia global e os equilíbrios políticos que se tornaram cada vez mais evidentes no século XXI, a transferência de poder dos países tradicionais para os novos atores vêm conduzindo a uma reconfiguração das relações internacionais. Reconhecendo a nova conjuntura de multipolaridade a União Europeia lançou uma série de propostas de Acordos de Parceria Estratégica, convidando parceiros selecionados para se juntarem aos 27 Estados-membros da União em uma relação mais estreita com a finalidade de alcançarem interesses e objetivos comuns. Em 2007, o Brasil se tornou o sexto Estado a ser nomeado pela UE como Parceiro Estratégico⁵ (Lazarou *apud* Lessa, 2013: 91).

Na década de 1990, o diálogo entre o Brasil e a UE era interpretado como uma alternativa à relação com os EUA, principalmente após o início das negociações entre o Mercosul e a UE para o estabelecimento de um Acordo de Associação, a fim de equilibrar as tentativas de criação da ALCA, liderada pelos EUA. Do ponto de vista externo, tanto os europeus quanto os norte-americanos tentavam promover as relações com o Mercosul e com o Brasil de forma a garantirem um parceiro na América do Sul. No caso dos EUA para ampliarem sua zona de influência e no caso da UE para exportarem o seu modelo de integração europeu para a região (Lazarou *apud* Lessa, 2013: 96-97).

No conjunto das relações Mercosul-UE, em 1995, ocorreu a assinatura do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação centrado na liberalização do comércio, nos

⁵ Os outros 5 são Canadá, a China, a Índia, o Japão e a Rússia. Ao Brasil seguiu-se a África do Sul em 2008.

investimentos e na cooperação econômica, dando início ao longo caminho para a associação inter-regional. O Acordo entrou em vigor em 1999, período em que ocorreu a crise do Mercosul, resultado da desvalorização do Real, e do colapso da economia argentina (Lazarou *apud* Lessa, 2013: 99).

Com a ascensão de Lula ao Palácio do Planalto, as relações com a UE continuaram a ser incrementadas, mas como parte de uma visão mais abrangente de inserção do Brasil no sistema internacional. O país passou a enfatizar também as relações com o conjunto das potências regionais, especialmente através das relações Sul-Sul ou também chamadas novas parcerias, onde encontramos países como a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul e também incrementar sua participação nas organizações multilaterais como a ONU e a OMC. Esta diversificação pragmática visava ampliar a autonomia do Brasil, bem como ampliar a capacidade do país de influenciar nas decisões globais (Lazarou *apud* Lessa, 2013: 101).

Em 2003, o lançamento da Estratégia Europeia de Segurança previa um quadro internacional de mudanças com maior interdependência e multipolaridade entre os Estados. Desta forma a UE priorizou temas como a luta contra o terrorismo e o combate à proliferação nuclear, a promoção da democracia, da boa governança, do Estado de direito, da paz e do desenvolvimento, o estímulo às estruturas institucionais cooperativas, à promoção da diplomacia ao invés da coerção e o respeito aos direitos humanos (Lazarou *apud* Lessa, 2013: 105).

Cabe destacar que, nesse período, o Brasil ainda não constava na lista dos parceiros estratégicos inequívocos da UE. Com uma inflação alta, baixos níveis de crescimento e um governo desconhecido chegando ao poder, o Brasil não demonstrava as características que o poderiam qualificar como um membro natural do novo clube de amigos da União Europeia (Lazarou *apud* Lessa, 2013: 105).

Somente em 2006, com a visita ao Brasil do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, esta postura foi sendo alterada para um reconhecimento do país como ator relevante. Fruto desta visita, a Comissão emitiu um comunicado ao Parlamento Europeu abordando a possibilidade de uma parceria estratégica UE-Brasil, destacando que o país tinha se tornado um protagonista cada vez mais importante em nível mundial e um interlocutor essencial para a UE; que o diálogo UE-Brasil não havia sido suficientemente explorado, processando-se sobretudo no âmbito do diálogo UE-Mercosul, e que chegara a hora de posicionar o Brasil como um parceiro estratégico, um ator econômico de primeiro plano na América Latina e um líder regional (Lazarou *apud* Lessa, 2013: 106).

Em virtude da necessidade de uma maior integração política e econômica entre a UE e o Brasil, surgiu então o Acordo de Parceria Estratégica Brasil – União Europeia, firmado em julho de 2007, por ocasião da primeira cimeira bilateral realizada em Lisboa (Martins, 2012: 89).

Os acordos identificaram as principais áreas de cooperação, enfatizando a importância da proteção ambiental associada ao desenvolvimento sustentável social e econômico e à necessidade de promover os direitos sociais, especialmente os das populações mais pobres (Martins, 2012: 89).

As duas principais prioridades da cooperação bilateral entre o Brasil e a União Europeia consistiram em:

- a) Aprimorar as relações bilaterais. O principal objetivo nesta área é contribuir para o fortalecimento das relações bilaterais entre o Brasil e a União Europeia, por meio de apoio aos diálogos setoriais Brasil-UE e de incentivos à cooperação acadêmica entre instituições brasileiras e europeias de educação superior. As ações de cooperação bilateral buscariam promover o intercâmbio de experiências bem sucedidas e das melhores práticas europeias passíveis de

adaptação ao contexto brasileiro e incorporação aos programas nacionais.

- b) Promover a dimensão ambiental ao desenvolvimento sustentável: a cooperação da Comunidade Europeia nesse campo visa a contribuir para a proteção ao meio ambiente e ao combate da pobreza (Martins, 2012: 90).

Reuniões de cúpula são realizadas uma vez ao ano, com foco nos principais desafios globais, como as alterações climáticas, a crise financeira internacional, bem como análises das respectivas situações regionais e cooperação econômica e comercial (Martins, 2012: 90).

Em 2010, a União Europeia foi o principal parceiro comercial do Brasil. As empresas da União Europeia exportaram para o Brasil no valor de \$ 39 bilhões enquanto que as importações somaram \$43 bilhões, gerando um déficit comercial para a UE em torno de \$4 bilhões. No entanto a presença relativa da EU nas importações do Brasil tem diminuído ao longo dos últimos anos, principalmente por causa do forte crescimento das exportações chinesas para o Brasil (Anexo A).

Fruto das reuniões de cúpula realizadas anualmente, vinte diálogos setoriais foram criados até agora nas seguintes áreas: 1) energia; 2) ambiente e mudanças climáticas; 3) sociedade da informação; 4) transporte marítimo; 5) desenvolvimento regional da integração; 6) navegação por satélite “Galileu”; 7) ciência e tecnologia; 8) políticas sociais; 9) cultura; 10) educação; 11) transporte aéreo; 12) questões nucleares; 13) questões econômicas e financeiras; 14) cooperação administrativa em matéria de concorrência; 15) serviços financeiros; 16) estatística; 17) fortalecimento institucional e modernização do estado; 18) medidas sanitária e fitossanitárias; 19) questões industriais; e 20) propriedade intelectual (Martins, 2012: 91).

A parceria estratégica prevê, ainda, a cooperação entre a UE e o Brasil na questão do desenvolvimento por meio de uma melhor coordenação no âmbito das instâncias

internacionais e da cooperação trilateral. Em particular, promover a cooperação triangular com o Brasil nos países em desenvolvimento, especialmente nos países africanos de língua portuguesa e no Timor Leste, em setores como saúde, energia, agricultura, educação e justiça (Martins, 2012: 92).

Enfim, a parceria estratégica UE – Brasil, estabelecida em julho de 2007, representou a afirmação de uma nova direção da política externa europeia e sua tentativa de definição como um ator relevante que não tem apenas contatos com as regiões, mas também diretamente com países terceiros. Essa postura representa a sua ação como ator global, e também a relação especial com os países emergentes que começam a ter maior importância nos assuntos internacionais, incluído neste grupo o Brasil, reconhecido pela sua importância e proeminência nos sistemas regional e internacional (Lazarou *apud* Lessa, 2013: 112).

A importância da interlocução política e econômica entre o Brasil e a União Europeia se expressou na Parceria Estratégica, firmada em julho de 2007, por ocasião da primeira cimeira bilateral realizada em Lisboa. Fruto do reconhecimento da relevância internacional alcançada pelo Brasil e da estabilização de sua economia, o país foi incluído no grupo de Estados com os quais a União Europeia mantém encontros regulares de alto nível e cooperação em uma ampla gama de áreas que contribuem com o desenvolvimento sustentável socioeconômico, a proteção ambiental e o combate à pobreza.

Outro país com o qual o Brasil mantém uma longa experiência de relacionamento bilateral é o Japão. Ao longo da história, a imigração japonesa, os interesses comerciais e a cooperação para o desenvolvimento contribuíram para uma maior aproximação entre os dois países, que serão examinados no próximo item.

3.3 O Relacionamento entre o Brasil e o Japão

Foi no início da década de 1970, na época do milagre econômico brasileiro, que as empresas japonesas voltaram a investir no Brasil. Nesse período observa-se a convergência

de interesses entre os dois países. O Brasil se tornou um mercado interessante para as manufaturas japonesas e um importante fornecedor de matérias-primas (minérios e alimentos) ao Japão. As expectativas em relação aos investimentos eram otimistas, pelo menos até o final da década de 1970. Todavia, houve um recuo a partir de 1980, quando há uma tendência de redução dos fluxos de capitais japoneses ao Brasil, motivados por problemas econômicos e porque as atenções japonesas se voltaram para os países desenvolvidos, que já eram mercados maiores e mais importantes para as empresas japonesas (Uehara *apud* Lessa, 2013: 147).

Em sequência, o contínuo desenvolvimento econômico asiático sofreu em 1997 o forte impacto da crise financeira, que atingiu vários países e repercutiu na região como um todo. A chamada crise asiática teve antecedentes no Japão, que desde o final dos anos 1980 conhecia dificuldades econômicas e buscava cooperar com o continente para compensar seus crescentes problemas com os EUA. Em 1991 estourou a bolha imobiliária japonesa, que produziu igualmente a explosão da bolha financeira, devido à supervalorização de imóveis e terrenos que serviam de garantia aos empréstimos bancários. Para evitar a inflação, o governo bloqueou a oferta de dinheiro, levando o país à estagnação. Ao mesmo tempo, vários bancos faliram, sem que o Estado pudesse socorrer a todos. A extensão dos empréstimos japoneses à Ásia Oriental e a sudeste, por sua vez, de certa forma regionalizou a crise japonesa. A crise se agravou porque o modelo somente funcionava tendo como base um acentuado crescimento econômico (Visentini, 2012: 81).

Esse contexto explica o relativo dinamismo do relacionamento entre o Brasil e o Japão nas décadas de 1980 e 1990.

A retomada da atenção japonesa sobre a economia brasileira vai acontecer em razão das políticas de reestruturação que foram desenvolvidas pelos dois governos em seus respectivos países. No caso brasileiro, houve o controle da inflação desde a metade da década de 1990 atraindo, ainda que lentamente, os investimentos japoneses ao país. Do lado do

Japão, apesar das dificuldades em dinamizar o consumo na economia doméstica, houve uma importante reestruturação do seu sistema financeiro que permitiu novos investimentos pelas empresas e certo crescimento de sua economia (Uehara *apud* Lessa, 2013: 148).

Nas relações comerciais também ocorreu aumento nos fluxos a partir de 2001, só sendo interrompida em 2009 pelos reflexos da crise internacional. Analisando os dados de 2010, nota-se que houve a retomada dos fluxos comerciais, em relação ao ano anterior, ocorrendo um aumento das exportações brasileiras de \$ 4.3 bilhões para \$ 7.1 bilhões e nas importações, um aumento de \$ 5.3 bilhões para \$ 7 bilhões, na balança comercial com o Japão (Anexo A).

Além de ser um dos principais parceiros comerciais do Brasil, o Japão passou a enfatizar as ajudas na área técnica, resultando na assinatura do Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Japão em agosto de 1971, sendo que este tipo de ajuda foi crescente até 1995, quando então o programa passou por modificações a fim de ser estendido à terceiros países (Uehara *apud* Lessa, 2013: 152).

O novo perfil da ajuda japonesa emergiu a partir do interesse brasileiro em transformar a relação para além da promoção do próprio desenvolvimento. Assim como o governo japonês vinha utilizando, desde o final do século XX, a ajuda técnica e financeira como instrumento diplomático, a partir do governo do presidente Lula, os programas brasileiros de cooperação técnica nos países em desenvolvimento têm sido considerados como um dos componentes da política externa do país (Uehara *apud* Lessa, 2013: 153-154).

O relacionamento Brasil – Japão também adquiriu novos contornos pela ampliação do escopo político, pois ambos os países buscam renovar e consolidar suas posições internacionais. Um exemplo de fortalecimento das relações nessa área foi a formação do G – 4, constituído por Brasil, Alemanha, Japão e Índia, os quais reivindicam um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. (Uehara *apud* Lessa, 2013. 165)

A trajetória da relação bilateral Brasil – Japão demonstra o quão relevante ela é para a política externa brasileira. Na dimensão econômica, ocorreu um significativo aumento dos fluxos comerciais a partir de 2001, tendo a balança comercial atingido o volume de 15 bilhões de dólares no ano de 2010. Já no campo das Organizações Internacionais, Brasil e Japão se apoiam mutuamente para o ingresso no Conselho de Segurança da ONU como membros permanentes.

Em seguida vamos examinar a construção de confiança do Brasil com seus vizinhos sul-americanos e como o continente serve de base para a inserção internacional brasileira.

3.4 As Relações Brasil – América do Sul: a construção das parcerias com o entorno estratégico

O aprofundamento da integração sul americana, enquanto prioridade da agenda da política externa do Brasil, é um objetivo estratégico das relações internacionais do país. Entretanto, a consideração dos 11 países da região como parceria estratégica do Brasil é inapropriada, embora haja parcerias bilaterais estratégicas com alguns de seus vizinhos. Enquanto a integração regional é um objetivo estratégico do país, relacionado à sua projeção global como potência média, a concorrência de outros projetos integracionistas propostos por vizinhos demonstram que a construção da parceria continental ainda esta em andamento (Couto *apud* Lessa, 2013: 196).

A primeira década do século XXI trouxe um dinamismo moderado ao ritmo de expansão da economia brasileira. Entre 2001 e 2010, o país acumulou crescimento do seu produto interno bruto (PIB) de 42,3%, numa média anual de 3,59%. Apesar de aparentemente modesta, o modelo de desenvolvimento, baseado na estratégia de ampliação do mercado de consumo de massa, contribuiu para que houvesse um marcante perfil distributivo no padrão de crescimento brasileiro (Couto *apud* Lessa, 2013: 197).

A expansão do mercado interno brasileiro foi acompanhada por uma maior participação de componentes importados nos produtos nacionais, porém a América do Sul perdeu espaço nas compras brasileiras recuando de 19,5% em 2000, para 14,2% em 2010 (Couto apud Lessa, 2013: 199).

No sentido inverso, a América do Sul se transformou no principal mercado para as exportações de manufaturados brasileiros. A região recebeu, em 2010, 18,4% do total das exportações brasileiras, fazendo com que o mercado sul-americano seja estratégico para o Brasil, que procura manter esse espaço como sua zona de influência imediata (Couto *apud* Lessa, 2013: 198).

Esse descompasso entre o ritmo de expansão das exportações e importações dos últimos quinze anos gera desconfortos nas relações internacionais que precisam ser gerenciados pela diplomacia brasileira. O Brasil acumula superávits com praticamente todos os vizinhos da região, a exceção da Bolívia que exporta o gás natural de vital importância para o parque industrial brasileiro. O ritmo de expansão descompassado entre importações advindas da região e as exportações direcionadas à mesma tornam questionável a classificação de parceria estratégica em termos comerciais, diante da percepção negativa que enseja nos vizinhos, ainda que a América do Sul seja um mercado estratégico para o Brasil (Couto apud Lessa, 2013: 2000).

As ações políticas e institucionais para a região também receberam espaço na agenda da diplomacia brasileira. Com forte esforço negociador, principalmente com Colômbia, Uruguai e Chile, o Brasil conseguiu articular a formalização da constituição da Comunidade Sul Americana de Nações (CASA). A 1ª Reunião dos Presidentes dos países da CASA se realizou em Brasília, em setembro de 2005. Nela, estabeleceu-se uma agenda prioritária para as atividades da entidade com os seguintes temas selecionados: diálogo político; integração física; meio ambiente; integração energética; mecanismos financeiros sul-

americanos; assimetrias; promoção da coesão social; e telecomunicações. Não agregava os temas comerciais que permaneciam nos fóruns sub-regionais próprios (Couto apud Lessa, 2013: 203).

Em 2007, a CASA ganha novo nome, e surge a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A instituição abrange oito conselhos que apontam suas principais áreas de atuação: Energia; Saúde; Defesa; Infraestrutura e Planejamento; Desenvolvimento Social; Problema Mundial das Drogas; Educação, Cultura, Ciências, Tecnologia e Inovação; Economia e Finanças (Couto apud Lessa, 2013: 203).

Esse esforço de institucionalização política do espaço sul-americano consubstanciados na CASA e posteriormente na UNASUL converteu-se num mecanismo com o qual o Brasil gerencia os custos do processo de integração regional, assumindo gradativamente o papel de *paymaster* do bloco e buscando garantir a confiança dos vizinhos que o veem mudar de status no cenário internacional (Saraiva, 2010).

Dentro do espaço sul-americano, cabe ressaltar a relevância que a Argentina ocupa na política externa brasileira. O período dos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín, entre 1985 e 1989, pode ser identificado como um dos melhores momentos das relações entre os dois países, o qual serviu de base para a construção da parceria estratégica que perdura até os dias atuais. Nesses anos, a ideia de rivalidade foi basicamente superada, e a visão da Argentina como principal parceiro externo, junto com a importância de se estabelecer laços cooperativos, foi predominante. A importância da defesa dos regimes democráticos também foi um incentivo para esta aproximação (Saraiva, 2012).

Com o fim da Guerra fria, a tendência mundial de expansão do modelo liberal, e a relevância da relação bilateral Brasil – Argentina, em 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul e incorporou o Uruguai e o Paraguai no processo de integração da dimensão comercial (Saraiva, 2012).

A formalização do bloco trouxe muitos ganhos e incentivos para o processo de aproximação entre os dois países. Originou uma agenda de integração que influenciou de forma proativa sobre o comportamento de ambos. Este período inicial de 1990 -1999 pode ser considerado como o período de construção do Mercosul econômico comercial e de reforço da consolidação democrática. A integração exitosa na dimensão comercial não teve igual êxito na área de articulação das políticas macroeconômicas (Saraiva apud Lessa, 2013: 229).

Em 1999, a desvalorização do real e suas consequências nefastas na economia argentina abriram uma crise no bloco e no eixo bilateral Argentina-Brasil, atingindo o comércio, que vinha sendo o pilar da estabilidade do bloco econômico. O período de 1999 a 2002 correspondeu a uma etapa de crise do Mercosul enquanto bloco comercial, e de questionamentos acerca de sua conveniência. Porém a crise argentina de 2001 deu um novo alento ao bloco, prevalecendo a disposição política de fortalecer a posição argentina frente ao mundo e avançar paralelamente com o Mercosul. A moratória argentina de 2001 veio a ser noticiário internacional novamente em 2014 com a cobrança da dívida pelos credores norte-americanos e a incapacidade de pagamento da argentina.

A redefinição do Mercosul experimentada nesses anos ampliou para além do eixo comercial do bloco as relações entre os países. Foram então incorporadas as dimensões político e social na agenda externa dos integrantes, ou seja, uma dimensão que não havia sido prevista no tratado de Assunção, que seguiu o modelo tradicional de integração econômica.

A cooperação de diferentes ministérios impulsionada pela diversificação de atores envolvidos nas ações externas do Brasil com os correspondentes argentinos cresceu no período 2003-2014 em setores como educação, cultura e cooperação científica tecnológica. Nos marcos institucionais do bloco, entrou em vigor o tribunal Permanente de Revisão e foram criados o Parlamento do Bloco e a Comissão de Representantes Permanentes.

Com relação a área de segurança internacional, as diferenças de percepções argentina e brasileira da ordem internacional e das opções de aliança externas resultaram em divergências e falta de apoio mútuo. No que diz respeito à reforma do Conselho de Segurança da ONU, a visão brasileira acerca da capacidade do país de participar do processo de tomada de decisões da política internacional e da importância da tradição da política externa orientada para a solução pacífica de controvérsias e manutenção da paz surgiu no período através da proposta de se incluir o Brasil como um de seus membros permanentes. A Argentina, por sua vez, não apoiou as pretensões brasileiras; ao contrário, defendeu um rodízio da vaga. Ainda em 1999, o presidente Menem dirigiu uma solicitação formal à OTAN para que a Argentina fosse aceita como membro permanente da organização. A solicitação foi vista com preocupação pela diplomacia brasileira, mas a resposta negativa do secretário da organização foi rápida (Saraiva *apud* Lessa, 2013: 103-104).

Por fim o caso da relação bilateral Brasil-Venezuela é significativa por demonstrar como relações cooperativas estratégicas podem oscilar, indicando um estágio ainda não amadurecido da parceria (Villa *apud* Lessa, 2013: 239).

A partir do governo de Sarney, a integração sul-americana transforma-se em objetivo central da política externa brasileira, tendo sido definida a Venezuela pela fronteira norte e a Argentina pela fronteira sul como as duas principais relações estratégicas a serem cultivadas pelo Brasil (Villa *apud* Lessa, 2013: 241).

Nos anos da década de 1990 as relações bilaterais Brasil-Venezuela tinham por base três eixos de ação: desenvolver ações de integração fronteiriça e energética; desenvolver os fluxos bilaterais de comércio; e ampliar o investimento entre ambos os países (Villa *apud* Lessa, 2013: 243).

Com relação a política de integração energética, as estatais de eletricidade – Eletrobrás e Edelca da Venezuela, aproveitaram o fato de a Venezuela ter algumas de suas

principais usinas hidrelétricas na região sul, fronteira com o Brasil, para poder abastecer de energia os estados brasileiros como Roraima, Amazonas e Amapá.

Quanto aos fluxos bilaterais de comércio, desde 1995 a promoção das trocas comerciais e de investimentos e as compras de petróleo da Venezuela aumentaram significativamente, superando a Argentina entre os fornecedores da América do Sul.

Porém, em maio de 2006, esse cenário de aproximação entre os dois países começa a ser substituído por um cenário de distanciamento quando ocorreu a nacionalização do gás e petróleo boliviano. Essa nacionalização se apresentou como uma oportunidade de expansão dos negócios da PDVSA, a única das empresas petroleiras da América do Sul com um portfólio em investimentos e em tecnologia de ponta capaz de concorrer com a Petrobras (Villa *apud* Lessa, 2013: 255).

A trajetória da integração sul-americana e do aprofundamento das relações bilaterais do Brasil com os demais países da região, mais especificamente com Argentina e Venezuela, atuaram como mecanismos para garantir os benefícios produzidos pela interação entre os países no MERCOSUL, na Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e pelo incremento do diálogo político regional. Para o Brasil a integração da América do Sul é um objetivo estratégico de sua política externa. A necessidade de se proteger contra os efeitos negativos de um ambiente regional conturbado estaria na base da recente estratégia de institucionalização das relações regionais, sendo vantajoso para o Brasil possuir vizinhos pacíficos, politicamente estáveis e com bons indicadores econômicos. O Aumento dos fluxos comerciais entre os países da região tornam a América do Sul um promissor mercado para os demais países do sistema internacional, transformando-se em um local atraente para os investimentos externos.

Dessa forma vimos a importância da manutenção das parcerias estratégicas tradicionais com os EUA, União Europeia, Japão e América do Sul para a política externa brasileira. Conforme o conceito de parcerias estratégicas utilizado pelo Professor Doutor Antônio Carlos Lessa, o Brasil priorizou seu esforço cooperativo com os EUA, a União Europeia, o Japão e a América do Sul, bem como atingiu o propósito mais amplo dessas parcerias de se alcançarem objetivos políticos e econômicos reciprocamente remuneradores.

A crescente importância do Brasil nos cenários políticos e econômicos internacionais culmina em 2005 com o estabelecimento do “diálogo estratégico” entre o Brasil e os EUA durante visita do presidente George W. Bush ao país. Em termos de diplomacia norte-americana, a classificação de uma relação bilateral como estratégica deriva do reconhecimento da relevância do país como parceiro no sistema internacional e significa que este é aliado preferencial dos EUA na discussão de temas globais, inserindo-se nesta classificação nações como a China e o Reino Unido.

Em 2006, com a visita ao Brasil do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, foi emitido um comunicado ao Parlamento Europeu abordando a possibilidade de uma parceria estratégica UE-Brasil, destacando que o país tinha se tornado um protagonista cada vez mais importante em nível mundial e um interlocutor essencial para a UE; que o diálogo UE-Brasil não havia sido suficientemente explorado, processando-se sobretudo no âmbito do diálogo UE-Mercosul, e que chegara a hora de posicionar o Brasil como um parceiro estratégico, um ator econômico de primeiro plano na América Latina e um líder regional. Em virtude da necessidade de uma maior integração política e econômica entre a UE e o Brasil, surgiu então o Acordo de Parceria Estratégica Brasil – União Europeia, firmado em julho de 2007, por ocasião da primeira cimeira bilateral realizada em Lisboa.

A trajetória da relação bilateral Brasil – Japão demonstra o quão relevante ela é para a política externa brasileira. Na dimensão econômica, ocorreu um significativo aumento

dos fluxos comerciais a partir de 2001, tendo a balança comercial atingido o volume de 15 bilhões de dólares no ano de 2010. Já no campo das Organizações Internacionais, Brasil e Japão se apoiam mutuamente para o ingresso no Conselho de Segurança da ONU como membros permanentes.

Em 2007, a Comunidade Sul Americana de Nações (CASA) ganha novo nome, e surge a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A instituição abrange oito conselhos que apontam suas principais áreas de atuação: Energia; Saúde; Defesa; Infraestrutura e Planejamento; Desenvolvimento Social; Problema Mundial das Drogas; Educação, Cultura, Ciências, Tecnologia e Inovação; Economia e Finanças. Esse esforço de institucionalização política do espaço sul-americano consubstanciados na CASA e posteriormente na UNASUL converteu-se num mecanismo com o qual o Brasil gerencia os custos do processo de integração regional, assumindo gradativamente o papel de *paymaster* do bloco e buscando garantir a confiança dos vizinhos que o veem mudar de status no cenário internacional.

A seguir, iremos analisar as parcerias estratégicas em novos relacionamentos, definidos como prioritários pela política externa brasileira contemporânea.

4 AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS EMERGENTES DO BRASIL

Ações recentes do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, denominados de países emergentes pelos estados do Norte, como a formação do IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul), do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do G-20⁶, reintroduziram o tema da cooperação Sul-Sul na agenda internacional a partir da percepção de que seus interesses, demandas e desejos não formam a maior parte dos termos da atual ordem internacional, conduzida pelos países do Norte. Segundo Oliveira (2012) estas ações representam insatisfações dos países do Sul e não propriamente uma oposição que

⁶ G-20: formado pelas maiores economias desenvolvidas e em desenvolvimento, o Grupo dos 20 (G-20) aparenta consolidar-se como principal fórum econômico e financeiro internacional (Oliveira, 2012: 20).

objetive substituição dos países do Norte:

Estas movimentações, como as do IBAS ou do BRICS, correspondem a uma típica percepção de países do Sul, sem capacidade de promoção de mudanças sistêmicas, mas com vontade de exercer um papel de promoção destas mudanças (“querem, mas não podem”). Não é um movimento com características de oposição visando modificações na atual estrutura de poder internacional, mas de contribuição para a reforma das instituições internacionais multilaterais. Pode, assim, ser interpretado como representando um contraponto aos países desenvolvidos, mas sem buscar um confronto, ao contrário, utilizando-se das estruturas institucionais existentes (Oliveira, 2012: 13).

A crise econômico-financeira internacional de 2008 reconduziu ao questionamento, no plano econômico, dos processos de revisão das instituições internacionais estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial, as Instituições de Bretton Woods. O papel desempenhado pelos países emergentes nos processos de recuperação econômica internacional, assim como a consolidação do G-20 como conselho decisório da economia mundial, diminuiu o papel até então desempenhado pelo G-8, ao mesmo tempo levando a China a assumir um papel de relativa liderança nos questionamentos por mudanças. No entanto, esta pressão sobre a China é relativizada pelo fato de que não é só a China que está sendo demandada, mas o conjunto dos países atualmente denominados de potências emergentes, embora a China tenha expressão econômica, política e estratégica claramente superior à capacidade dos demais países (Oliveira, 2012: 109).

Primeiramente, vamos examinar a parceria estratégica entre o Brasil e a China que traçaram projetos similares de obtenção de condições mais favoráveis para seus respectivos projetos nacionais e de ocupação de espaços mais favoráveis e responsáveis no plano internacional.

Em 1993, o termo parceria estratégica começa a ser utilizado nas relações entre a China e o Brasil. Nesse ano e numa profunda demonstração de interesse chinês pelo Brasil foram realizadas as visitas do Chanceler Qian Qichen, em março, do Vice-Primeiro-Ministro Zhu Ronji, em maio, culminando com a visita do líder máximo da China, o Secretário Geral do Partido Comunista Chinês (PCC) e Presidente Jiang Zemin, que oficializou a parceria

estratégica, demonstrando que o relacionamento bilateral sino-brasileiro havia sido elevado a um novo patamar (Oliveira, 2012: 92).

No entendimento chinês, entre as quatro possibilidades de parceria, a estratégica é a de maior nível da diplomacia chinesa⁷, que coincide com a conceituação de Lessa (1998) que define as parcerias estratégicas como relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, construídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configuradas. Su (2009: 39), ao apontar que a construção destas parcerias teve início com a parceria estabelecida com o Brasil, ressalta sua significância e o fato de que a Cooperação Sul-Sul, entre os dois, ultrapassou a categoria das relações bilaterais.

O quarto nível, a parceria estratégica, é o mais alto nível do quadro de parceria construída na diplomacia chinesa. As relações entre as grandes potências decidem a estrutura da política internacional, assim a manutenção de boas relações entre as grandes potências ajuda a formar uma estável ordem estratégica internacional. Esse nível de parceria é da maior importância na construção do quadro de relações exteriores da China no pós-Guerra Fria. O estabelecimento de parcerias estratégicas começou com a confirmação de uma parceria estratégica entre a China e o Brasil durante a visita do presidente Jiang Zemin ao Brasil em novembro de 1993. Estabelecer uma parceria estratégica entre a China e o Brasil, ambas grandes nações em desenvolvimento, simbolizava a maturidade das relações bilaterais, pois o significado da Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a China tinha ultrapassado em muito a categoria das relações bilaterais (Su, 2009: 37-39).

No plano político do pós Guerra Fria, o Brasil passou a considerar que tanto o processo de redefinição da ordem internacional seria longo e exigiria intensas negociações, quanto que as crescentes dificuldades de acordos globais pressionavam por soluções locais que intensificavam a tendência ao regionalismo, bem como que a América do Sul tendia a permanecer na esfera de influência norte-americana. Assim, o Brasil passou então a atuar estrategicamente com dois objetivos: fortalecimento da região sul-americana enquanto base de inserção internacional; e ampliação de relações com diferentes polos regionais (Oliveira, 2012: 108).

⁷ Su (2009) afirma que a parceria diplomática chinesa pode ser dividida em quatro níveis, sendo: 1) relações cooperativas amigáveis; 2) cooperação e amizade; 3) parceria abrangente e 4) parceria estratégica. Sendo a quarta parceria a de mais alto nível (Su, 2009: 37-39).

Neste sentido, apesar do relacionamento mais tradicional com os Estados Unidos e com a Europa, a relação com a Ásia passou a ser considerada como prioritária enquanto instrumento de negociação com norte americanos e europeus (Oliveira, 2012: 108).

De acordo com Cesarin (2009: 25-26), para a China, as potências emergentes constituem uma plataforma para construir poder e influência combinando esforços junto a potencias do Sul com o objetivo de fixar novas regras do jogo a nível mundial mediante uma instancia multilateral. Já a Índia adota uma estratégia mais ampla de fortalecimento de suas relações bilaterais com Estados proeminentes e com organizações regionais. E, na perspectiva brasileira, as potências emergentes são uma expressão do interesse nacional em associar-se com atores determinantes no cenário internacional, promover o multilateralismo e favorecer seu reconhecimento como líder regional e potência média global. Neste sentido China, Brasil e Índia apresentam plataformas relativamente similares: uma distribuição mais justa do poder, refletindo um mundo multipolar e o reconhecimento de suas crescentes posições na hierarquia internacional (Cesarin, 2009: 25-26).

Em abril de 2010, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hu Jintao assinaram o Plano de Ação Conjunta para o período 2010-2014, para o fortalecimento da Parceria Estratégica Brasil-China, que tem por objetivo prover caráter institucional à relação entre Brasil e China com o estabelecimento de metas e a criação de mecanismos permanentes de consulta e coordenação entre os dois países (Anexo B).

Na dimensão científico-tecnológica, em 1988, foram assinados os Acordo sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto e o Protocolo sobre Pesquisa e Produção do Satélite de Recursos da Terra. Neste momento, a parceria sino-brasileira ganhou um contorno mais definido com o trabalho conjunto para o desenvolvimento da série de satélites de sensoriamento remoto CBERS (China-Brazil Earth

Resources Satellite). O objetivo do programa é mapear e registrar os territórios e atividades agrícolas, desmatamento, mudanças na vegetação e expansão urbana (Oliveira, 2012: 113).

A série de satélites permitiu aos dois países uma independência na área de imagens por satélites, possibilitando-os inclusive a passar de usuários a exportadores desse tipo de serviço. O primeiro satélite foi lançado (CBERS-1) foi lançado em 1999 e o segundo (CBERS-2) em 2003. Já o terceiro (CBERS-2B) foi lançado em 2007 e deu início a um novo programa de monitoramento da Amazônia, o qual fiscaliza o corte seletivo de madeira, reduzindo assim o desmatamento. Devido a uma falha no veículo lançador, o CBERS-3 não foi posicionado na órbita prevista e retornou ao planeta e o CBERS-4 foi lançado com sucesso em dezembro de 2014 cumprindo seus objetivos (Oliveira, 2012).

Esta cooperação espacial apresenta-se como emblemática pelo fato de ter consolidado um programa de alto nível tecnológico entre países em desenvolvimento; é um símbolo da cooperação Sul-Sul por ter contribuído para a indústria espacial de ambos os países e paradigmático, pois inseriu um modelo que está sendo replicado em outras áreas de cooperação (Silva, 2005: 67-68).

Mas a cooperação não se restringiu apenas à área espacial, tendo sido ampliada para o setor agrícola, com participação direta da EMBRAPA, setor energético, de tecnologia da informação e desenvolvimento de novos materiais. Essas demais áreas científico-tecnológico possuem o mesmo propósito de gerar melhores condições para os respectivos projetos de desenvolvimento (Oliveira, 2012).

Por fim, na dimensão econômico-comercial, a política externa brasileira, desde o início dos anos 1960, apresentou uma característica constante direcionada ao objetivo de manutenção de relações comerciais diversificadas, de modo a evitar dependências muito acentuadas de um país ou de uma região (Oliveira, 2012: 144).

Os EUA, que em 2000 eram o destino de 23,9% das exportações brasileiras, em 2010 receberam somente 9,6%, com ligeira recuperação em 2011 (10,1%). A Ásia, por outro lado passou de 11,5% em 2000 para 27,9% em 2010 e já quase 30% em 2011, incluindo a participação chinesa (de 2% para 17,3%). Já a União Europeia (de 26,8% para 20,7%) e a ALADI (de 23,4% para 19,4%) apresentaram uma tendência de queda, ainda que não tão acentuada quanto a perda de participação dos EUA (Oliveira, 2012: 144).

Nas importações, o destaque, entre 2000 e 2011, foi exatamente para o dobro da participação asiática passando de 15,4% para 31%, com a exponencial presença chinesa (de 2,2% para 14,5%). União Europeia (de 25,2% para 20,5%), EUA (de 23,1% para 15,1%) e ALADAI (de 20,9% para 16%) apresentaram tendência de queda no mesmo período (Oliveira, 2012: 145).

Vamos passar agora a examinar a parceria estratégica Brasil-Rússia. Comparada a outras parcerias estratégicas na história da política externa brasileira, a opção russa é nova.

Ao longo do século XX, passando pela Guerra fria e logo após sua conclusão, as relações bilaterais do Brasil com a Rússia mostraram padrões de distanciamento. De 1917 a 1989, os contatos diplomáticos ou eram caracterizados pela ruptura (de 1917 a 1945 e de 1947 a 1959) ou pela renovação (de 1959 a 1961 e de 1964 em diante) devido às identidades ideológicas diferentes de regimes (socialismo e capitalismo). O Brasil e a Rússia enfrentavam realidades de potências distintas: de 1947 a 1989, a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era definida como uma superpotência, líder do bloco oriental e do Segundo Mundo comunista; o Brasil era uma nação em desenvolvimento, parte do Sul e do Terceiro Mundo (Pecequillo *apud* Lessa, 2013: 67)

Boris Ieltsin (1991 – 1998) e sua equipe econômica optaram pela terapia de choque, vendendo a maior parte dos bens do Estado para a iniciativa privada, controlada por jovens russos com ligações com o Ocidente, que seriam chamados de oligarcas. O principal

setor da economia russa, as exportações de gás e petróleo eram controlados por esses oligarcas, que não pagavam impostos. O Estado russo desmantelou-se, observando-se a degradação das Forças Armadas, dos sistemas de bem-estar social e educacional da antiga URSS. Combinados, esses processos aumentaram a vulnerabilidade da nação. O crime e a corrupção disseminaram-se e os padrões de vida caíram progressivamente, levando ao desemprego, hiperinflação, alcoolismo, migrações, pobreza e um declínio demográfico. Deu-se à crise econômica, política e social o nome de Catastroika, em alusão à antiga Perestroika (Pecequilo apud Lessa, 2013: 71).

Nessa mesma década, o Brasil se alinhava aos preceitos do Consenso de Washington, e aos poucos ia deixando para trás a crise econômica vigente, da qual o país começava a erguer-se após a implementação, em 1994, do plano de estabilização econômica, o Plano Real, pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. As relações bilaterais mostravam os mesmos padrões do passado: ligações comerciais, com o Brasil exportando produtos primários para a Rússia e ausência de conflitos (Pecequilo *apud* Lessa, 2013).

A crise russa de 1998 foi resultado de uma transição acelerada e mal sucedida de uma economia planificada para uma economia de mercado. Em 1999, Vladimir Putin tornou-se presidente e no ano seguinte implementou a reversão das políticas anteriores. O novo governo deu fim ao privilégio dos oligarcas e reconquistou o controle do setor de energia representado pela Gazprom (gás) e Rosfnet (petróleo), o que permitiu ao Estado recuperar suas receitas (Pecequilo apud Lessa, 2013).

Quanto às relações internacionais, o conceito de política externa da Federação Russa, de 2000, enfatizando o papel do Estado e a autonomia da Rússia, defendendo uma reforma pacífica das Organizações Internacionais e o sistema multipolar, representava uma nova fase. Era uma política externa pragmática, centrando-se na Rússia como uma potência

em recuperação, e com presença em duas regiões, o Oriente e o Ocidente. A política externa da Rússia centrava-se igualmente nas nações emergentes como suas principais parceiras e em meados dos anos 2000, o país começou a definir-se assim também (Pecequilo apud Lessa, 2013: 72-73).

Em 2001, o Primeiro Ministro russo visitou o Brasil, e em 2002, a viagem de FHC à Rússia sinalizou o aumento das relações comerciais e políticas, vide a reforma das Organizações Internacionais: o Brasil apoiou a candidatura da Rússia à OMC e a Rússia a do Brasil no CSONU (Pecequilo *apud* Lessa, 2013: 73).

A primeira Cúpula do BRIC em Ecaterimburgo ocorreu na sequência da reunião do G-20 financeiro em 2009 e representou um passo muito importante rumo à unidade das nações emergentes e suas demandas pela reforma da estrutura de poder no sistema internacional, que correspondesse às tendências de multipolaridade. Propostas alternativas para o desenvolvimento e o crescimento foram apresentadas pelo BRIC, que também teve um papel decisivo durante a crise (Pecequilo *apud* Lessa, 2013: 77)

A viagem de Lula a Moscou em maio de 2010 representou um passo a frente nessa cooperação, quando então foi assinado o plano de ação da parceria estratégica 2010-2014. De 2001 a 2010, o comércio bilateral cresceu de \$ 1,5 bilhões para \$ 6 bilhões, representando um incremento de 400% (Anexo A). Em 2009, devido à crise econômica internacional houve um declínio, mas ainda há espaço para crescimento do comércio Rússia-Brasil. Claramente o Brasil possui superávit comercial, o que desagrade à parte russa, mas ambas as nações buscam o equilíbrio comercial, o que pode ser atingido seguindo-se o plano de ação de 2010, através do estímulo à cooperação científico-tecnológica nas áreas espacial, militar e de energia nuclear (Pecequilo apud Lessa, 2013).

Tanto a sucessão do Presidente Lula pela Presidente Dilma, quanto à continuidade Medvedev-Putin, eleito novamente presidente em 2010, representaram a

preservação de um clima positivo na relação bilateral, que se estende ao nível multilateral, em particular nas reuniões do BRICS e nas do G-20 (Pecequillo apud Lessa, 2013: 84).

Por fim, vamos examinar as relações bilaterais entre o Brasil e a Índia. As relações entre os dois países foram oficializadas logo após a independência indiana em 1947, tendo sido inaugurada a primeira embaixada indiana na região sul-americana, em 1948, no Rio de Janeiro, mesmo ano em que o Brasil construiu sua embaixada em Deli (Pinheiro *apud* Lessa, 2013: 46).

Outra dimensão dessa aproximação fica aparente na construção e fomento de organismos de promoção do diálogo entre os países. Em 2003, Brasil e Índia, juntamente com África do Sul, constituíram o Fórum IBAS, que operou como uma primeira instância institucional de organização de demandas políticas desses países no contexto global e de debate sobre seus principais problemas internos (Onuki apud Lessa, 2013: 28).

No entanto, o mundo acabou sendo convencido da consistência do diálogo e perenidade dessas boas relações entre Índia e Brasil, graças à consolidação do chamado grupo dos BRICS (Pinheiro *apud* Lessa, 2013: 37). Em 2009, ocorreu a primeira reunião dos líderes do BRIC em Ecaterinburgo - Rússia, em 2010, a África do Sul entra para o grupo que passa a se denominar BRICS e em agosto de 2014, ocorreu a sexta edição anual dos encontros entre seus chefes de Governo, a reunião de Fortaleza - Brasil.

A consolidação do grupo BRICS tem favorecido a afirmação de uma nova condição de poder ascendente perante a estrutura mundial contemporânea. No campo da reforma da governança global os exemplos foram profícuos. Os países do BRICS passaram a defender conjuntamente a reforma do sistema monetário internacional (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e do Conselho de Segurança da ONU. De um modo geral, as reformas propugnadas deveriam ser feitas no sentido de adequar as instituições e regimes internacionais à nova ordem econômica internacional. O modelo de governança global,

forjado durante o período pós-Segunda Guerra, estaria obsoleto e anacrônico (Onuki *apud* Lessa, 2013: 30-31).

Na dimensão político estratégica, apesar de FHC ter denunciado o acordo nuclear com a Índia assinado em 1996⁸, por conta dos testes nucleares indianos de 1998, o tema retornou à agenda posteriormente. Somente após o aval norte-americano à nuclearização do Estado indiano, por conta da guerra ao terror, é que Brasil e Índia retomaram o diálogo sobre o assunto. O comunicado conjunto da reunião de cúpula do IBAS, em setembro de 2006, mencionou, nesse sentido, a exploração de abordagens de cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear⁹ (Pinheiro *apud* Lessa, 2013: 47-48).

No que tange à articulação para a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a parceria entre os países é ainda mais valiosa. Até meados de 2006 o pleito do Brasil e Índia se dava em termos do G-4, pelos dois países somados à Alemanha e Japão. Embora ambos os países se apoiem mutuamente, a grande distinção está no fato de que apenas a Índia conta com o apoio declarado norte-americano, o que teoricamente, dá maiores chances as pretensões de Nova Déli (Pinheiro *apud* Lessa, 2013: 48).

Na dimensão comercial, após o início da OMC em 1995, Brasil e Índia seguiram na liderança dos países em desenvolvimento, pois suas posições tenderam a ser concertadas, culminando com a criação do G-20 e do Fórum IBAS, em 2003, capitaneados por ambos os países (Pinheiro *apud* Lessa, 2013: 49).

O comércio bilateral é forte indicador da tendência de maior integração econômica. No período 2001-2010, podemos verificar o aumento das trocas comerciais sendo

⁸ Memorando de entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia sobre cooperação pacífica da Energia Nuclear (Pinheiro *apud* Lessa, 2013: 48).

⁹ Destacam-se aqui as possibilidades no uso do tório, material radioativo extraído das areias monazíticas para a produção de combustível nuclear mais potente e eficiente que o Urânio. Estima-se que o Brasil detenha cerca de 30% das reservas mundiais de tório e a Índia 20% (Pinheiro *apud* Lessa, 2013: 48).

que o resultado da balança comercial apresenta-se deficitário para o Brasil na maior parte do período (Anexo A).

As parcerias estratégicas do Brasil com os demais países emergentes China, Rússia e Índia reintroduziram o tema da cooperação Sul – Sul na agenda internacional a partir da percepção de que seus interesses, demandas e desejos não formam a maior parte dos termos da atual ordem internacional, conduzida pelos países do Norte.

Ressaltamos que o relacionamento bilateral sino-brasileiro foi elevado a um novo patamar após a visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil, em 1993. No plano político, o Brasil passou a atuar estrategicamente com os objetivos de fortalecer a região sul-americana enquanto base de sua inserção internacional e ampliar as relações com diferentes polos regionais, passando a Ásia, e mais especificamente a China a ser considerada como prioritária enquanto parceira nas negociações internacionais; na dimensão científico-tecnológica, a série de satélites CBERS, permitiu aos dois países independência na área de imagens por satélites, possibilitando-os a passarem de usuários a exportadores deste tipo de serviço; e na dimensão econômico-comercial, a participação chinesa nas exportações brasileiras saltou de 2% para 17,3%, e as importações brasileiras da China passaram de 2,2% para 14,5%, no período de 2000 a 2011.

A parceria estratégica entre o Brasil e a Rússia foi incrementada a partir de 2001, quando os dois países passaram a pleitear de forma conjunta maior participação nas Organizações Internacionais: o Brasil passou a apoiar a candidatura da Rússia à OMC e a Rússia passou a apoiar a candidatura do Brasil no CSONU. A primeira Cúpula do BRIC em Ecaterimburgo ocorreu na sequência da reunião do G-20 financeiro em 2009 e representou um passo muito importante rumo à unidade das nações emergentes e suas demandas pela reforma da estrutura de poder no sistema internacional, que correspondesse às tendências de multipolaridade. De 2001 a 2010, o comércio bilateral cresceu de \$ 1,5 bilhões para \$ 6

bilhões, representando um incremento de 400%. Apesar do Brasil possui superávit comercial, o que desagradava à parte russa, ambas as nações buscam o equilíbrio comercial, o que pode ser atingido seguindo-se o plano de ação de 2010, através do estímulo à cooperação científico-tecnológica nas áreas espacial, militar e de energia nuclear. Deste modo, os padrões de bilateralismo e multilateralismo entre o Brasil e a Rússia podem ainda desenvolver-se no sentido de uma parceria estratégica estável e pragmática que reforce uma agenda autônoma de relações internacionais para ambas as nações.

Por fim, as relações Brasil – Índia adquiriram maior consistência institucional em 2003, com o estabelecimento do Fórum IBAS e do G-20. Também, a consolidação do grupo BRICS tem favorecido a afirmação de uma nova condição de poder ascendente perante a estrutura mundial contemporânea. No campo da reforma da governança global os exemplos foram profícuos. Os países do BRICS passaram a defender conjuntamente a reforma do sistema monetário internacional (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e do Conselho de Segurança da ONU. Na dimensão econômica, o comércio bilateral é forte indicador da tendência de maior integração entre os dois países. No período 2001-2010, podemos verificar o aumento das trocas comerciais, apesar do resultado da balança comercial apresentar-se deficitário para o Brasil na maior parte do período.

5 CONCLUSÃO

Com o fim da Guerra Fria (1991) e a eliminação dos entraves e condicionantes gerados pelo conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, abriram-se novas possibilidades de entendimento e surgiram novos tipos de interações entre os países do globo. Por sua vez, renovados e significativos avanços tecnológicos nas áreas de comunicações, informática e transporte permitiram aproximar temporal e geograficamente uma miríade de países de grande parte do sistema internacional.

Mudanças sucessivas nas duas últimas décadas se refletiram não apenas na queda da URSS, mas também na ascensão acelerada da China desde 1992; na emergência do Brasil, Rússia e Índia como potências regionais; na exagerada projeção de poder dos EUA em resposta aos chamados eventos de “11 de setembro”; e no aumento das fraquezas do sistema financeiro global comandado pelos EUA.

No Brasil, as estabilidades democrática e econômica vivenciadas nas duas últimas décadas criaram condições propícias para que o país buscasse uma melhor inserção internacional.

A partir da direção universalista da política externa brasileira, acompanhada por um contínuo pragmatismo, Antônio Carlos Lessa apresenta o conceito de parcerias estratégicas, que seriam as relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, construídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configuradas, conceito esse adotado para análise das interações externas do Brasil no presente artigo.

Neste artigo vimos a importância da manutenção das parcerias estratégicas tradicionais com os EUA, União Europeia, Japão e América do Sul para a política externa brasileira. Conforme o conceito de parcerias estratégicas utilizado pelo Professor Doutor Antônio Carlos Lessa, o Brasil priorizou seu esforço cooperativo com os EUA, a União

Europeia, o Japão e a América do Sul, bem como atingiu o propósito mais amplo dessas parcerias de se alcançarem objetivos políticos e econômicos reciprocamente remuneradores.

A crescente importância do Brasil nos cenários políticos e econômicos internacionais culmina em 2005 com o estabelecimento do “diálogo estratégico” entre o Brasil e os EUA durante visita do presidente George W. Bush ao país. Em termos de diplomacia norte-americana, a classificação de uma relação bilateral como estratégica deriva do reconhecimento da relevância do país como parceiro no sistema internacional e significa que este é aliado preferencial dos EUA na discussão de temas globais, inserindo-se nesta classificação nações como a China e o Reino Unido.

Em 2006, com a visita ao Brasil do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, foi emitido um comunicado ao Parlamento Europeu abordando a possibilidade de uma parceria estratégica UE-Brasil, destacando que o país tinha se tornado um protagonista cada vez mais importante em nível mundial e um interlocutor essencial para a UE; que o diálogo UE-Brasil não havia sido suficientemente explorado, processando-se sobretudo no âmbito do diálogo UE-Mercosul, e que chegara a hora de posicionar o Brasil como um parceiro estratégico, um ator econômico de primeiro plano na América Latina e um líder regional. Em virtude da necessidade de uma maior integração política e econômica entre a UE e o Brasil, surgiu então o Acordo de Parceria Estratégica Brasil – União Europeia, firmado em julho de 2007, por ocasião da primeira cimeira bilateral realizada em Lisboa.

A trajetória da relação bilateral Brasil – Japão demonstra o quão relevante ela é para a política externa brasileira. Na dimensão econômica, ocorreu um significativo aumento dos fluxos comerciais a partir de 2001, tendo a balança comercial atingido o volume de 15 bilhões de dólares no ano de 2010. Já no campo das Organizações Internacionais, Brasil e Japão se apoiam mutuamente para o ingresso no Conselho de Segurança da ONU como membros permanentes.

Em 2007, a Comunidade Sul Americana de Nações (CASA) ganha novo nome, e surge a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A instituição abrange oito conselhos que apontam suas principais áreas de atuação: Energia; Saúde; Defesa; Infraestrutura e Planejamento; Desenvolvimento Social; Problema Mundial das Drogas; Educação, Cultura, Ciências, Tecnologia e Inovação; Economia e Finanças. Esse esforço de institucionalização política do espaço sul-americano consubstanciados na CASA e posteriormente na UNASUL converteu-se num mecanismo com o qual o Brasil gerencia os custos do processo de integração regional, assumindo gradativamente o papel de *paymaster* do bloco e buscando garantir a confiança dos vizinhos que o veem mudar de status no cenário internacional.

As parcerias estratégicas do Brasil com os demais países emergentes China, Rússia e Índia reintroduziram o tema da cooperação Sul – Sul na agenda internacional a partir da percepção de que seus interesses, demandas e desejos não formam a maior parte dos termos da atual ordem internacional, conduzida pelos países do Norte.

Ressaltamos que o relacionamento bilateral sino-brasileiro foi elevado a um novo patamar após a visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil, em 1993. No plano político, o Brasil passou a atuar estrategicamente com os objetivos de fortalecer a região sul-americana enquanto base de sua inserção internacional e ampliar as relações com diferentes polos regionais, passando a Ásia, e mais especificamente a China a ser considerada como prioritária enquanto parceira nas negociações internacionais; na dimensão científico-tecnológica, a série de satélites CBERS, permitiu aos dois países independência na área de imagens por satélites, possibilitando-os a passarem de usuários a exportadores deste tipo de serviço; e na dimensão econômico-comercial, a participação chinesa nas exportações brasileiras saltou de 2% para 17,3%, e as importações brasileiras da China passaram de 2,2% para 14,5%, no período de 2000 a 2011.

A parceria estratégica entre o Brasil e a Rússia foi incrementada a partir de 2001, quando os dois países passaram a pleitear de forma conjunta maior participação nas Organizações Internacionais: o Brasil passou a apoiar a candidatura da Rússia à OMC e a Rússia passou a apoiar a candidatura do Brasil no CSONU. A primeira Cúpula do BRIC em Ecatemburgo ocorreu na sequência da reunião do G-20 financeiro em 2009 e representou um passo muito importante rumo à unidade das nações emergentes e suas demandas pela reforma da estrutura de poder no sistema internacional, que correspondesse às tendências de multipolaridade. De 2001 a 2010, o comércio bilateral cresceu de \$ 1,5 bilhões para \$ 6 bilhões, representando um incremento de 400%. Apesar do Brasil possui superávit comercial, o que desagrada à parte russa, ambas as nações buscam o equilíbrio comercial, o que pode ser atingido seguindo-se o plano de ação de 2010, através do estímulo à cooperação científico-tecnológica nas áreas espacial, militar e de energia nuclear. Deste modo, os padrões de bilateralismo e multilateralismo entre o Brasil e a Rússia podem ainda desenvolver-se no sentido de uma parceria estratégica estável e pragmática que reforce uma agenda autônoma de relações internacionais para ambas as nações.

As relações Brasil – Índia adquiriram maior consistência institucional em 2003, com o estabelecimento do Fórum IBAS e do G-20. Também, a consolidação do grupo BRICS tem favorecido a afirmação de uma nova condição de poder ascendente perante a estrutura mundial contemporânea. No campo da reforma da governança global os exemplos foram profícuos. Os países do BRICS passaram a defender conjuntamente a reforma do sistema monetário internacional (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e do Conselho de Segurança da ONU. Na dimensão econômica, o comércio bilateral é forte indicador da tendência de maior integração entre os dois países. No período 2001-2010, podemos verificar o aumento das trocas comerciais, apesar do resultado da balança comercial apresentar-se deficitário para o Brasil na maior parte do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

ALTEMANI, Henrique; e LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**, v.1. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

ALTEMANI, Henrique; e LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**, v.2. São Paulo, SP: Saraiva, 2006

CERVO, Amado Luiz. **A Parceria Inconclusa: as relações entre Brasil e Portugal**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CESARIN, Sérgio M. **China e Índia em América Latina y el Caribe: enfoques comparados de inserción regional**. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani. **China e Índia na América Latina: desafios e perspectivas**. Curitiba: Juruá Editora. P.20-41, 2009.

GALVÃO, Thiago Gehre. **Uma História de Parceria: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2012)**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

HERZ, Mônica; e HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LESSA, Antônio Carlos. **A Diplomacia Universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais**. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 41, número especial 40 anos, 1998, p. 29-41.

LESSA, Antônio Carlos. **Brazil's Strategic Partnerships: na assessment of the Lula era (2003-2010)**. Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 53, Special Edition. Brasília, 2010, p. 115-131.

LESSA, Antônio Carlos; e ALTEMANI, Henrique. **Parcerias Estratégicas do Brasil**: os significados e as experiências tradicionais. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

LESSA, Antônio Carlos; e ALTEMANI, Henrique. **Parcerias Estratégicas do Brasil**: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

LESSA, Antônio Carlos. **Uma Parceria em Construção**: as relações entre Brasil e França, 1945-2000. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Parcerias Almejadas**: política externa, segurança, defesa e história na Europa. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. **Balança Comercial Brasileira**: dados consolidados. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=4671>. Acesso em 02/03/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. **Sistema Atos Internacionais**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br>. Acesso em 10/01/2015.

Nye, Joseph S. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As Relações Brasil – Estados Unidos**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **A Nova Missão das Forças Armadas Latino-Americanas no Mundo Pós-Guerra Fria**: o caso do Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.59, nº 54, p.115-129, 2004.

SARAIVA, José Flavio Sombra. **África Parceira do Brasil Atlântico**: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

SARAIVA, José Flavio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Brazilian Foreign Policy towards South-America during Lula Administration**: Caught between South America and Mercosur. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.53, n. special issue, p.151-168, 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Encontros e Desencontros**: o lugar da Argentina na política externa brasileira. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

SATO, Eiiti. **Economia e Política das Relações Internacionais**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

SILVA, Solange Dias. **As Relações Sino-Brasileiras**: a construção de uma parceria estratégica. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SIRUTAVICIUS, Vladas. “**Lithuanian-Polish strategic partnership**: genesis and prospects”, 2006. Disponível em <http://www.lfpr.lt/uploads/file/2001-7/Sirutavicius.pdf>. Acesso em 10/02/2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Diplomáticas da Ásia**: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

VIZENTINI, Paulo; e RODRIGUES, Gabriela. **O Dragão Chinês e os Tigres Asiáticos**. Porto Alegre, RS: Novo Século/Leitura XXI, 2000.

ANEXO A

BALANÇA COMERCIAL BRAILEIRA: DADOS CONSOLIDADOS

Balança comercial Brasil – EUA (2001-2010)

Ano	Exportações U\$ FOB (A-Brasil)	Exportações U\$ FOB (B-EUA)	Resultado corrente U\$ (A-B)
2001	14.208.572	12.905.492	1.303.080
2002	15.377.822	10.287.452	5.090.370
2003	16.728.079	9.569.454	7.158.625
2004	20.099.235	11.357.061	8.742.174
2005	22.539.731	12.666.508	9.873.223
2006	24.524.748	14.657.479	9.867.269
2007	25.065.048	18.723.280	6.341.768
2008	27.423.048	25.627.961	1.795.087
2009	15.601.628	20.032.145	- 4.430.517
2010	19.307.295	27.044.361	- 7.737.066

Fonte: elaboração própria a partir de www.mdic.gov.br

Balança comercial Brasil – União Europeia (2001-2010)

Ano	Exportações U\$ FOB (A-Brasil)	Exportações U\$ FOB (B-União Europeia)	Resultado corrente U\$ (A-B)
2001	15.528.924	15.450.218	78.706
2002	15.638.101	13.496.226	2.141.875
2003	18.873.660	13.066.925	5.806.735
2004	24.745.548	15.991.492	8.754.056
2005	27.127.865	18.238.933	8.888.932
2006	31.132.673	20.213.955	10.918.718
2007	40.565.583	26.740.657	13.824.926
2008	46.594.570	36.191.344	10.403.226
2009	34.189.000	29.238.633	4.950.367
2010	43.323.895	39.150.977	4.172.918

Fonte: elaboração própria a partir de www.mdic.gov.br

Balança comercial Brasil – Japão (2001-2010)

Ano	Exportações U\$ FOB (A-Brasil)	Exportações U\$ FOB (B-Japão)	Resultado corrente U\$ (A-B)
2001	1.989.772	3.063.629	- 1.073.856
2002	2.102.539	2.347.527	- 244.988
2003	2.315.631	2.520.542	- 204.910
2004	2.774.247	2.868.677	- 94.430
2005	3.482.616	3.405.021	77.595
2006	3.894.521	3.839.633	54.888
2007	4.321.335	4.609.178	- 287.843
2008	6.114.519	6.807.014	- 692.494
2009	4.269.694	5.367.779	- 1.098.085
2010	7.140.831	6.986.008	154.823

Fonte: elaboração própria a partir de www.mdic.gov.br

Balança comercial Brasil – América do Sul (2001-2010)

Ano	Exportações U\$ FOB (A-Brasil)	Exportações U\$ FOB (B-América do Sul)	Resultado corrente U\$ (A-B)
2001	10.284.058	9.293.913	990.145
2002	7.493.669	7.630.563	-136.894
2003	10.171.652	7.655.441	2.516.211
2004	15.722.780	9.278.468	6.444.312
2005	21.237.628	10.733.683	10.503.945
2006	26.751.046	14.963.279	11.787.767
2007	31.904.621	18.516.301	13.388.320
2008	38.364.459	24.139.692	14.224.767
2009	27.008.545	19.115.439	7.893.106
2010	37.169.150	25.911.924	11.257.226

Fonte: elaboração própria a partir de www.mdic.gov.br

Balança comercial Brasil – China (2001-2010)

Ano	Exportações U\$ FOB (A-Brasil)	Exportações U\$ FOB (B-China)	Resultado corrente U\$ (A-B)
2001	1.902.122	1.328.389	573.733
2002	2.520.978	1.553.993	966.985
2003	4.533.363	2.147.801	2.385.562
2004	5.441.405	3.710.477	1.730.928
2005	6.834.996	5.354.519	1.480.477
2006	8.402.368	7.990.448	411.920
2007	10.748.813	12.621.273	-1.872.460
2008	16.522.652	20.044.460	-3.521.808
2009	21.003.886	15.911.133	5.092.753
2010	30.785.906	25.595.419	5.190.487

Fonte: elaboração própria a partir de www.mdic.gov.br

Balança comercial Brasil – Rússia (2001-2010)

Ano	Exportações U\$ FOB (A-Brasil)	Exportações U\$ FOB (B-Rússia)	Resultado corrente U\$ (A-B)
2001	1.102.621	464.299	638.321
2002	1.252.511	427.740	824.771
2003	1.500.226	555.156	945.070
2004	1.658.048	808.034	850.014
2005	2.917.435	722.131	2.195.304
2006	3.443.428	942.574	2.500.854
2007	3.741.296	1.709.411	2.031.884
2008	4.652.978	3.332.050	1.320.928
2009	2.868.561	1.412.127	1.456.434
2010	4.152.040	1.910.346	2.241.694

Fonte: elaboração própria a partir de www.mdic.gov.br

Balança comercial Brasil – Índia (2001-2010)

Ano	Exportações U\$ FOB (A-Brasil)	Exportações U\$ FOB (B-Índia)	Resultado corrente U\$ (A-B)
2001	285.407	542.790	-257.383
2002	653.737	573.183	80.554
2003	553.696	485.743	67.953
2004	652.553	556.069	96.484
2005	1.137.930	1.202.914	-64.984
2006	938.889	1.473.951	-535.062
2007	957.854	2.169.274	-1.211.420
2008	1.102.342	3.564.304	-2.461.962
2009	3.415.040	2.191.096	1.223.944
2010	3.492.350	4.242.465	-750.115

Fonte: elaboração própria a partir de www.mdic.gov.br

ANEXO B



Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (doravante denominados Partes) reafirmaram o objetivo comum de adotar um plano de ação conjunta para o período 2010-2014, como consta no Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China para o Fortalecimento da Parceria Estratégica Brasil-China (doravante denominado Comunicado Conjunto), assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da República Federativa do Brasil e pelo Presidente Hu Jintao da República Popular da China, por ocasião da visita de Estado do Presidente Lula à China, em maio de 2009.

A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (doravante denominada COSBAN) elaborou, portanto, o Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2010-2014 (doravante denominado Plano de Ação Conjunta), o qual fornece orientações estratégicas e abrangentes para o desenvolvimento da Parceria Estratégica bilateral e de cooperação em áreas relevantes.

Por meio de consultas amistosas, as duas Partes concordaram com o que segue:

Artigo 1 **Princípios Gerais**

1. A fim de promover um desenvolvimento abrangente e aprofundado da Parceria Estratégica Brasil-China e intensificar ainda mais a cooperação amigável e mutuamente benéfica entre os dois países, as duas Partes acordaram assinar o “Plano de Ação Conjunta” em um espírito de igualdade, pragmatismo e obtenção de resultados positivos para ambas as Partes.
2. O Plano de Ação Conjunta define os objetivos, metas concretas e orientações para a cooperação bilateral para os próximos cinco anos. O plano visa a melhorar a coordenação e a atuação dos mecanismos de cooperação bilateral existentes, bem como a ampliar e aprofundar a cooperação bilateral em todas as áreas.

Artigo 2

Objetivos Gerais

Com base nos princípios gerais acordados acima, as duas Partes estabelecem os seguintes objetivos gerais para o Plano de Ação Conjunta:

1. Fortalecer as consultas políticas sobre temas bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, com base nos princípios de igualdade e confiança mútua, solidificando, desse modo, a base política da Parceria Estratégica;
2. Ampliar e aprofundar as relações bilaterais em todas as áreas;
3. Aprimorar a coordenação das iniciativas de cooperação em todas as áreas da Parceria Estratégica Brasil-China, bem como de todos seus mecanismos institucionais;
4. Estabelecer metas precisas e objetivas para cada uma das áreas de cooperação com base em iniciativas específicas;
5. Monitorar e avaliar as metas estabelecidas e as atividades empreendidas pelos vários organismos envolvidos;
6. Promover o intercâmbio de experiências nacionais em áreas de interesse mútuo;
7. Adotar visão estratégica das relações bilaterais, a médio e longo prazo, considerando os desenvolvimentos do cenário internacional.

Artigo 3

Implementação do Plano de Ação Conjunta

1. A COSBAN reunir-se-á a cada dois anos e continuará desempenhando seu importante papel de coordenar a cooperação bilateral em todas as áreas. A COSBAN será, em suas áreas de competência, o principal órgão de tomada de decisões do Plano de Ação Conjunta. As instituições de coordenação e pontos focais da COSBAN e a lista dos acordos de cooperação em diversas áreas assinados pelas duas Partes constam dos Anexos I e II, respectivamente.
2. As Subcomissões da Comissão de Alto Nível reunir-se-ão uma vez por ano para promover a implementação do Plano de Ação Conjunta. As Subcomissões também deverão continuar a identificar novas áreas, bem como propor novas idéias, para a cooperação. As Subcomissões submeterão relatórios anuais ao ponto focal de cada Parte e relatórios bianuais à COSBAN. O Mecanismo de Diálogo Financeiro Brasil-China será incorporado à COSBAN, com o nome de Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China.
3. Para a efetiva implementação deste Plano de Ação, os pontos focais brasileiros e chineses da Comissão de Alto Nível se reunirão uma vez por ano e terão como

responsabilidade monitorar, revisar e avaliar a implementação deste Plano de Ação Conjunta, bem como encaminhar, regularmente, recomendações às várias Subcomissões. Os Secretários-Executivos da COSBAN poderão trocar visitas periodicamente, para comunicação e consulta sobre a implementação do Plano de Ação Conjunta.

4. Este Plano de Ação Conjunta estará sujeito a uma revisão abrangente quando da terceira reunião da COSBAN, com base em uma avaliação das atividades dos dois primeiros anos de implementação. O resultado da revisão fornecerá as orientações para a segunda fase de implementação do Plano de Ação Conjunta.

Artigo 4 **Área Política**

1. As duas Partes, com base nos princípios do Comunicado Conjunto, reafirmaram o compromisso com consultas igualitárias, com a intensificação do diálogo político e da confiança mútua, bem como com o fortalecimento da base política para a Parceria Estratégica, assim contribuindo para o estreitamento da cooperação e do intercâmbio entre as duas Partes, em todas as áreas.

2. As duas Partes manterão contatos de alto nível. Líderes dos dois países manter-se-ão em contato por meio de troca de visitas e de correspondência e de encontros à margem das reuniões internacionais mais importantes, com vistas ao intercâmbio aprofundado de visões sobre as relações bilaterais, bem como sobre temas internacionais e regionais de interesse comum.

3. Os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países fortalecerão o contato e aprimorarão os mecanismos de diálogo, comunicação e coordenação em todos os níveis e áreas.

(i) Os Ministros de Relações Exteriores dos dois países manterão anualmente no mínimo uma reunião bilateral por meio de troca de visitas ou à margem de conferências multilaterais. Eles também se manterão em estreito contato através de conversas telefônicas e de troca de correspondências, a respeito de temas de interesse comum.

(ii) Os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países fortalecerão os mecanismos do Diálogo Estratégico e da Subcomissão Política, a fim de intensificar a confiança política mútua e ampliar visão estratégica comum. O Diálogo Estratégico terá como foco a troca de visões sobre o planejamento estratégico das relações bilaterais e sobre temas internacionais e regionais importantes, de interesse comum. A Subcomissão Política terá como foco as consultas sobre relações bilaterais, a fim de promover a cooperação das duas Partes em todas as áreas.

(iii) Os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países continuarão a manter consultas e trocas regulares de opiniões sobre planejamento político, questões multilaterais, controle de armas e mudança de clima, entre outros.

(iv) Os Ministérios das Relações Exteriores promoverão diálogo bilateral na área de direitos humanos com vistas ao intercâmbio de experiências e de melhores práticas.

(v) Os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países engajar-se-ão ativamente no intercâmbio nas áreas de legislação diplomática e preparação de diplomatas.

(vi) Os Ministérios das Relações Exteriores promoverão ativamente o intercâmbio entre si e entre instituições acadêmicas relevantes, em particular por meio de seminários e projetos de pesquisa.

4. As duas partes concordam em prosseguir com a intensificação do diálogo e da cooperação em questões multilaterais, a fim de dar maior contribuição para a estabilidade, o desenvolvimento e a paz mundiais. Para esse fim, as duas partes:

(i) fortalecerão a comunicação e coordenação em organizações internacionais e mecanismos multilaterais, tais como as Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio. As Missões de ambos os países nas organizações internacionais manterão estreita e freqüente comunicação e coordenação;

(ii) fortalecerão a coordenação bilateral em assuntos relativos ao G-20, à luz da decisão dos Líderes na Cúpula de Pittsburgh (24 e 25 de setembro de 2009) de designar o G-20 como o principal fórum para cooperação econômica internacional;

(iii) fortalecerão a comunicação e a coordenação no âmbito de mecanismos de cooperação entre grandes países em desenvolvimento, tais como o relativo aos cinco principais países em desenvolvimento (G-5) e o BRIC;

(iv) conduzirão, tendo em vista a necessidade de salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento, diálogos aprofundados e específicos sobre os seguintes temas internacionais de importância: a) reforma da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança; b) governança econômica global e reforma das instituições econômicas/financeiras internacionais; c) crise financeira internacional; d) negociações da Rodada de Doha da OMC; e) mudança de clima e proteção ambiental; f) segurança alimentar; g) segurança energética; h) Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas; i) financiamento para desenvolvimento; j) controle de armas, desarmamento, não-proliferação; k) conflitos regionais;

(v) intercambiarão informações e compartilharão experiências sobre a participação em organizações internacionais e mecanismos multilaterais, a fim de entender melhor as posições da outra Parte e fortalecer a cooperação em organizações internacionais e mecanismos internacionais dos quais ambos os países participem.

5. As duas Partes verão positivamente o engajamento de cada uma na cooperação com sua própria região e na cooperação América Latina e Caribe-Ásia, e desempenharão um papel positivo na promoção de sua relação com a região da outra parte, bem como da cooperação geral entre a América Latina e o Caribe e a Ásia. Além disso, as duas Partes:

(i) trocarão impressões e compartilharão informações, de maneira frequente, sobre a situação em suas respectivas regiões;

(ii) apoiarão as trocas e cooperações entre a Ásia e a América Latina e o Caribe, fortalecendo, em particular, a comunicação e a coordenação bilateral no âmbito do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste;

(iii) intercambiarão informações e compartilharão experiências sobre as relações de cada país com sua região.

6. As duas partes concordam em reforçar a cooperação em assuntos consulares bilaterais. Para esse fim:

(i) manterão e reforçarão a consulta mútua em assuntos consulares e fornecerão a assistência necessária para facilitar a abertura de representações consulares e o desempenho de funções consulares;

(ii) manter-se-ão mutuamente informadas e atualizadas sobre práticas relativas a vistos e taxas consulares de ambos os países, sobre proteção a nacionais no exterior e sobre imigração; coordenar-se-ão ativamente com as autoridades relevantes para facilitar a movimentação de pessoas; tomarão medidas concretas para proteger os direitos e interesses legítimos dos cidadãos do outro país que estejam em seu território.

7. As duas Partes continuarão a encorajar seus respectivos órgãos legislativos a fortalecer suas relações, aí incluindo a implementação, com a maior brevidade possível, do mecanismo de comunicação regular entre a Câmara dos Deputados do Brasil e o Congresso Nacional Popular da China.

8. Importantes partidos políticos brasileiros estabeleceram intercâmbio e cooperação com o Partido Comunista da China. O Plano de Ação Conjunta tem como objetivo intensificar a promoção do intercâmbio e da cooperação entre os partidos das duas Partes e facilitar consultas entre as duas Partes sobre assuntos relacionados ao treinamento de membros dos partidos dos dois países.

9. As duas Partes continuarão a fortalecer o intercâmbio e a cooperação nas áreas jurídica e policial e aperfeiçoar, expandir e atualizar o marco jurídico pertinente. De acordo com o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, assinado em maio de 2004; com o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Extradicação, assinado em novembro de 2004; e com o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em maio de 2009, ambas as Partes desenvolverão a cooperação e fortalecerão o intercâmbio e a colaboração nas áreas de combate ao terrorismo internacional, combate à corrupção, repressão ao tráfico de drogas e ao crime organizado transnacional.

10. Considerando a importância de intensificar, de forma amistosa, o intercâmbio e a cooperação na área de desenvolvimento social entre o Brasil e a China, para promover o desenvolvimento sustentável de cada país, as duas Partes fortalecerão o diálogo e a cooperação sobre saúde pública, seguridade social, assistência social, bem-estar social e redução da pobreza, entre outras áreas, considerando ativamente o estabelecimento oportuno de um mecanismo de cooperação em desenvolvimento social no âmbito da COSBAN.

11. As Partes, à luz do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional da República Popular da China sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, assinado em 2004, elevarão as relações nessa área a um novo patamar, promovendo ativamente visitas de alto nível, intercâmbios de missões de especialistas e treinamento de pessoal, bem como fortalecendo de forma abrangente o intercâmbio e a cooperação em assuntos militares e de defesa.

Artigo 5

Área Econômico-Comercial

1. As duas Partes reafirmam que a cooperação econômica e comercial é um componente importante da Parceria Estratégica Brasil-China e comprometem-se a tomar medidas concretas e efetivas para promover o desenvolvimento, em bases sólidas, das relações bilaterais econômicas e comerciais. As duas Partes concordam em intensificar a troca de experiências relativas à formulação e implementação de políticas públicas, por meio da Subcomissão Econômico-Comercial da COSBAN, com vistas ao aperfeiçoamento da cooperação econômica e comercial.

2. Frente à atual crise financeira global, as duas Partes esforçar-se-ão para manter o crescimento econômico interno. As duas Partes reconhecem a importância de consolidar e desenvolver a cooperação econômico-comercial bilateral para alcançar tal objetivo. As duas Partes reconhecem a significativa complementaridade das duas economias e o grande potencial para cooperação em investimentos e comércio. As duas Partes esforçar-se-ão conjuntamente para diversificar e promover o crescimento do comércio e dos investimentos, bem como para resolver disputas comerciais através de consultas e diálogo conduzidos de forma amistosa. As duas Partes avaliam positivamente a Agenda China, adotada em 2008. Os dois países estão prontos para avançar nos estudos com o fim de identificar prioridades de investimento e de comércio bilaterais; cooperar com as comunidades empresariais organizando, uma vez por ano, um encontro do Conselho Empresarial Brasil-China; e estabelecer as diretrizes para participação das comunidades empresariais nos encontros da Subcomissão.

3. As duas Partes fortalecerão a coordenação em tópicos relacionados ao comércio, nos fóruns e organizações multilaterais, para promover o comércio global e o desenvolvimento econômico sustentável. As duas Partes estão prontas para intensificar a coordenação e a cooperação no âmbito da Organização Mundial de Comércio e, em particular, do G-20, grupo de países em desenvolvimento com interesse especial em agricultura. As duas Partes estão dispostas a desenvolver esforços conjuntos em oposição ao protecionismo, sob qualquer forma, e empenharem-se em alcançar brevemente a conclusão da rodada de negociações de Doha, e um resultado abrangente e equilibrado, que preserve os resultados já alcançados. A realização dos objetivos da rodada de desenvolvimento beneficiará os membros em desenvolvimento, ajudará os países a superar a crise e promoverá a cooperação regional e inter-regional. As duas Partes também intensificarão a coordenação de posições em outros fóruns multilaterais e internacionais com vistas a adotar regras internacionais e a implementar uma reforma das instituições econômicas e financeiras internacionais, conducente a um comércio global mais sólido e a um desenvolvimento econômico sustentável.

4. As duas Partes encorajarão o diálogo no Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau) com vistas ao fortalecimento da cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

5. O Brasil reconheceu o status de economia de mercado da China no Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, assinado em 12 de novembro de 2004. As duas Partes comprometem-se a fortalecer ainda mais o diálogo sobre a implementação do reconhecimento da China como economia de mercado e a empreender os melhores esforços para explorar medidas concretas para esse fim. O Brasil está comprometido a tratar dessa questão de maneira expedita.

6. As autoridades relevantes das duas Partes encorajarão ativamente a cooperação econômica e comercial e apoiarão o investimento nos dois sentidos, por parte de entidades e empresas relevantes, em particular nas áreas de: infra-estrutura, energia, mineração, agricultura, bio-energia, indústria e setor de alta tecnologia. As duas Partes intensificarão a cooperação com vistas a facilitar o comércio e o investimento. As duas Partes concordam em avançar na conclusão de acordos de cooperação entre seus órgãos de promoção comercial e de investimentos; dar mais exposição aos produtos de ambas as Partes ajudando as empresas da outra Parte a: organizarem ou co-organizarem, em seus territórios, feiras, exposições e eventos de promoção de parcerias empresariais, e delas participarem, em áreas como matérias-primas, produtos alimentícios e alta tecnologia; e diversificar os produtos de exportação, particularmente em setores intensivos em inovação, tais como serviços, indústrias criativas, indústria aeroespacial, biotecnologia, nanotecnologia, tecnologias e engenharias industriais, etc.

7. As duas Partes reconhecem as amplas perspectivas para o aprofundamento e o fortalecimento da cooperação em infra-estrutura em todos os seus aspectos, de acordo com os princípios de assistência mútua, benefício mútuo e desenvolvimento comum, observados os respectivos regulamentos e leis internas.

8. As duas Partes promoverão a cooperação aprofundada no desenvolvimento e implementação de projetos de infra-estrutura e intensificarão o intercâmbio de informações sobre leis e regulamentos e sobre planos de desenvolvimento, bem como fortalecerão o intercâmbio técnico e o treinamento de pessoal.

9. Em 10 de fevereiro de 2006 o Ministério do Comércio da China e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil assinaram Memorando de Entendimento, que estabelece o Grupo de Coordenação de Assuntos do Comércio Bilateral (GCB). As duas Partes continuarão a avaliar o comércio bilateral e a trocar informações sobre produtos específicos, quando necessário.

10. Considerando a discrepância significativa entre as estatísticas do comércio bilateral, os dois países estabeleceram o Grupo de Harmonização Estatística, cujo trabalho é de grande importância na abordagem e análise objetiva e imparcial do volume do comércio bilateral, reduzindo as divergências e promovendo o desenvolvimento estável e positivo do investimento e comércio bilaterais. O Grupo de Harmonização Estatística se encontrará uma vez ao ano, para concluir o relatório final sobre a discrepância das estatísticas de comércio

bilateral, conforme decisão da Subcomissão Econômica e Comercial (22-24 abril. 2009, Pequim), bem como para fortalecer o mecanismo de comunicação e coordenação e promover o trabalho nos diversos temas.

11. As duas Partes concordam em reabrir as negociações sobre o Acordo de Cooperação Mútua em Matéria Aduaneira Brasil-China, tal como decidido na Subcomissão Econômica e Comercial (22-24 de abril, 2009, Pequim), e em continuar a discussão sobre o uso da informação, com vistas a concluir as negociações tão pronto quanto possível. Até que o Acordo de Cooperação Mútua em Matéria Aduaneira seja assinado, as duas Partes concordam em trocar informações caso a caso.

12. As duas Partes realizarão, sempre que necessário, encontro do Grupo Permanente sobre Contrabando e Temas Afins, com vistas a intensificar a troca de experiência e inteligência sobre fraude comercial e tráfico de drogas, bem como trabalhar para obter progresso substancial no combate conjunto ao contrabando. O Grupo estabelecerá sua metodologia de trabalho e um programa de trabalho detalhado

13. As duas Partes concordam em estabelecer um Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (PI) para expandir a cooperação em PI a fim de melhor conhecer a legislação doméstica de cada Parte e fortalecer a cooperação na aplicação da legislação de PI, bem como promover cooperação em fóruns multilaterais relevantes.

14. As duas Partes concordam em estabelecer um Grupo de Trabalho sobre Investimentos no âmbito da Subcomissão Econômico-Comercial, com vistas a intercambiar informações sobre investimentos e oportunidades de investimento bilaterais e a promover a cooperação na área de investimentos entre empresas das duas Partes. Concordam ainda em auxiliar na resolução de problemas e dificuldades que possam surgir no contexto de sua cooperação em investimentos. O Grupo de Trabalho será dirigido por autoridades governamentais de ambas as Partes.

15. As duas Partes continuarão sua cooperação no setor de aviação, por meio do aprofundamento da cooperação técnica Brasil-China em Harbin conforme a demanda de mercado, promovendo ainda mais o desenvolvimento do mercado de aviação regional com a cooperação China-Brasil na produção de aviões competitivos e de tecnologia avançada.

16. As duas Partes promoverão um esforço cooperativo entre a Secretaria de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e o Ministério do Comércio da China, para trocar informações sobre métodos de quantificação do comércio exterior de serviços. Nesse âmbito, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior está disposto a fornecer informações sobre seu Sistema Integrado de Comércio Exterior em Serviços (SISCOSERV).

17. As duas Partes fortalecerão a comunicação, aumentarão a confiança mútua e trocarão opiniões regularmente, para promover ainda mais o diálogo e a cooperação, iniciados durante a visita de Estado do Presidente Lula da Silva à China, em maio de 2009, entre os representantes das indústrias brasileira e chinesa de têxteis e vestuário.

18. As duas Partes farão uso do mecanismo de cidades e províncias irmãs, fortalecerão os laços entre as províncias e os estados e organizarão visitas mútuas anuais, bem como participarão de diversas feiras e exposições

19. Ambas as Partes fortalecerão ainda mais as comunicações entre autoridades de turismo dos dois países; encorajarão a troca de informações sobre turismo, regulamentação do turismo e estatísticas do setor; encorajarão empresas domésticas a investir no setor do turismo do outro país; e promoverão a cooperação nas áreas de educação em turismo e de treinamento de pessoal.

20. As duas Partes promoverão, também, o estabelecimento de vôos diretos entre o Brasil e a China. Nesse sentido, as duas Partes se congratulam com o acordo de code-share recentemente concluído entre empresas aéreas do Brasil e da China.

21. As duas Partes concordam em fortalecer a cooperação em pesquisa e aplicação de novas tecnologias para redução de emissões no setor de aviação, bem como no compartilhamento de informações e intercâmbio de pessoal; concordam ainda em fortalecer a coordenação e alinhar posições em negociações e conferências internacionais sobre emissões do setor aéreo.

22. As duas Partes discutirão a realização de pesquisa de longo prazo sobre o potencial de intensificação do desenvolvimento de relações comerciais entre o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e a China.

Artigo 6

Área de Energia e Mineração

1. As duas Partes concordam sobre o grande potencial de cooperação na área de investimentos bilaterais no setor de energia e mineração. As duas Partes fortalecerão, com base na cooperação em curso, a comunicação e o intercâmbio; promoverão a implementação de projetos importantes de cooperação em investimento no setor de energia e mineração; manterão coordenação frequente e resolverão os problemas que surgirem durante a implementação de projetos no âmbito da Subcomissão de Energia e Mineração da COSBAN.

2. As duas Partes assinalaram a importância dos documentos assinados entre os dois países nessa área específica e estão dispostas a continuar a promover ativamente sua implementação.

3. As duas Partes promoverão e expandirão, com base na cooperação atual, sua cooperação nas áreas de comércio, exploração de petróleo, desenvolvimento, financiamento, serviços de engenharia e equipamentos. As duas Partes aprofundarão a parceria bilateral no setor petrolífero, com a participação de companhias brasileiras no desenvolvimento e na produção na China e a participação de companhias chinesas no desenvolvimento e na produção no Brasil, intensificando o comércio de equipamentos e investimentos na cadeia de fornecimento de gás e petróleo.

4. Brasil e China cooperarão no desenvolvimento de novas fontes de energia, em particular fontes renováveis (eólica, solar, hidroeletricidade, biocombustíveis e biomassa).
5. Brasil e China cooperarão na área de energia nuclear. Inicialmente, os dois países estudarão formas de cooperação nessa área por meio da organização de seminário com especialistas de ambos os países.
6. Os dois países intensificarão a cooperação e desenvolverão parcerias na área de biocombustíveis, com vistas a consolidar o papel dos biocombustíveis como “commodities” energéticas.
7. As duas Partes concordam em expandir a cooperação entre companhias brasileiras e chinesas no setor de mineração; encorajar investimentos bilaterais e investimentos conjuntos em terceiros países; promover o investimento necessário em infra-estrutura para possibilitar a exploração econômica de recursos minerais e o comércio de produtos minerais.
8. Ambos os países dão importância ao desenvolvimento e processamento conjunto de minerais, tais como ferro, alumínio, níquel, cobre e carvão. Neste contexto, ambas as Partes concordam em expandir o investimento da China no Brasil, incluindo investimentos em infra-estrutura, de forma a dar suporte às exportações para a China, bem como o processo de agregação de valor à produção e o processamento de minerais em âmbito local.
9. Brasil e China manterão discussões sobre assuntos de energia e mineração, especialmente no âmbito de políticas públicas, metas, demandas, esforços de conservação, desenvolvimento de novas tecnologias e cooperação bilateral.
10. As duas Partes promoverão encontros e fóruns de negócios e investimento no setor de energia e mineração, em ambos os países.
11. Brasil e China identificarão as áreas para criação de “clusters”, de forma a promover tecnologias chinesas no Brasil e tecnologias brasileiras na China.
12. As duas Partes farão uso da Subcomissão de Energia e Mineração da COSBAN para promover a implementação de compromissos no setor de energia e mineração, bem como manterão estreito contato e intercâmbio de informações sobre todos os aspectos dos projetos de cooperação bilateral e sobre sua implementação.

Artigo 7

Área Econômico-Financeira

1. No âmbito da globalização econômica, a estreita comunicação e a cooperação em política macroeconômica, bem como nas áreas fiscal e financeira, entre o Brasil e a China são instrumentos importantes para garantir o crescimento econômico estável em ambos os países e em todo o mundo. Assim, as duas Partes decidiram ampliar a agenda atual do Diálogo Financeiro Brasil-China para incluir o diálogo e a cooperação em políticas macroeconômicas, coordenação de posições em assuntos financeiros e econômicos multilaterais, cooperação financeira e monetária e outros assuntos econômicos e financeiros. Em consequência,

acordam mudar o nome e a estrutura do “Diálogo Financeiro Brasil-China” para “Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China”. A subcomissão trabalhará no âmbito da COSBAN e a ela se reportará, reunindo-se uma vez ao ano, alternadamente, nos dois países.

2. As duas Partes almejam alcançar os seguintes objetivos por meio dos trabalhos da Subcomissão:

(i) **intensificar o diálogo sobre políticas macroeconômicas entre os dois países.** As duas Partes discutirão e trocarão informações sobre assuntos relacionados a políticas fiscal, impositiva e monetária e sobre estratégias de desenvolvimento econômico; e intensificarão a cooperação política e promoverão o desenvolvimento sustentável de suas economias.

(ii) **fortalecer a cooperação em foros multilaterais econômicos e financeiros.** As duas Partes promoverão coordenação frequente de posições em fóruns econômicos multilaterais (incluindo G-20 e BRICs, bem como em organizações econômicas multilaterais como FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros bancos de desenvolvimento regionais); intensificarão a cooperação com vistas à superação da crise financeira e à reforma do sistema financeiro internacional, em particular pelo aumento, nesse contexto, da representatividade e da voz dos países emergentes e dos países em desenvolvimento; advogarão conjuntamente o estabelecimento de um sistema financeiro internacional igualitário, justo, abrangente e ordenado.

(iii) **expandir a cooperação financeira bilateral.** As duas Partes: (a) fortalecerão a cooperação, incluindo troca de experiência e informação entre agências reguladoras de atividades financeiras (inclusive nos setores bancário, de títulos e de seguros); (b) fornecerão mais oportunidades de cooperação para instituições financeiras dos dois países e facilitarão o estabelecimento de escritórios e operações de tais instituições em suas respectivas jurisdições, de acordo com o arcabouço legal de cada país; (c) explorarão abordagens para facilitar o investimento direto e de portfólio bilateral através de cooperação financeira intensificada.

(iv) **facilitar o financiamento do comércio e promover o uso de moedas locais no comércio bilateral.** Ao implementar o consenso alcançado pelos líderes dos dois países em 19 de maio de 2009, as duas Partes darão continuidade à discussão sobre o uso de moedas locais no comércio bilateral.

Artigo 8

Área de Agricultura

1. **Intensificar a troca de visitas bilaterais de alto nível.** As Partes intensificarão a troca de visitas bilaterais no nível vice-ministerial ou ministerial, preferencialmente uma vez ao ano, com vistas a promover diálogo regular de alto nível sobre políticas agrícolas em ambos os países e aumentar o conhecimento mútuo.

2. **Estabelecer um sistema de troca de informações.** As Partes trocarão comentários, opiniões e informações por meio de canais diplomáticos, sítios oficiais ou contatos diretos entre os pontos focais nos ministérios coordenadores. Tal intercâmbio de informações incluirá, entre outras coisas, políticas agrícolas (modernização, modelos de produção agrícola,

leis e regulamentações do setor, agricultura familiar, novas aplicações e pesquisas de tecnologias agrárias, importações e exportações de produtos agrícolas, investimento), fornecimento de dados (suprimento ou demanda de produtos agrícolas, necessidades de investimento agrícola, doenças de plantas e zoonoses, entre outros) e comentários e opiniões sobre questões regionais e multilaterais relevantes (como negociações na OMC, processo regulatório no âmbito da OIE, etc.).

3. **Fortalecer a cooperação em pesquisas agrícolas.** As Partes trocarão informações e conduzirão pesquisas conjuntas em recursos de germoplasma de plantas e animais de alta qualidade, biotecnologias, tecnologias de energia de biomassa (etanol de cana-de-açúcar e co-geração de eletricidade, etanol de celulose de segunda geração, biodiesel, entre outras) e tecnologias de produção agrícola (produção de soja, processamento de frutas, reprodução de gado, aquicultura e controle de zoonoses), levando em consideração dispositivos legais e direitos de propriedade intelectual.

4. **Fortalecer a cooperação no comércio de produtos agrícolas.** As Partes realizarão avaliações conjuntas sobre o comércio de produtos agrícolas relevantes e farão esforços para expandir o comércio bilateral e otimizar a estrutura comercial, inclusive por meio da diversificação dos produtos comercializados, da redução de custos e do estabelecimento de relações comerciais diretas entre exportadores e importadores.

5. **Promover visitas bilaterais de especialistas em agricultura.** As Partes promoverão visitas bilaterais de delegações de especialistas, em base ad hoc, para aprendizagem recíproca de tecnologias agrícolas avançadas e de experiências de gerenciamento.

6. **Sediar “workshops” e seminários conjuntos sobre tecnologias agrícolas.** As Partes realizarão “workshops” e seminários conjuntos sobre tecnologia em temas de interesse comum, tais como tecnologias de prática agrícola, políticas agrícolas, crédito rural, cooperativas, infraestrutura agrícola, relações urbano-rurais, entre outros.

7. **Estabelecer laboratórios conjuntos no Brasil e na China.** As Partes apóiam o interesse da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS) em fortalecer sua cooperação, inclusive por meio do estabelecimento de laboratórios conjuntos no Brasil e na China em 2010.

8. **Intensificar a cooperação em temas agrícolas internacionais.** As Partes continuarão a fortalecer sua comunicação e a coordenar posicionamentos nas discussões sobre agricultura em organizações internacionais relevantes, tais como OMC, FAO, UNCTAD e OIE, com o objetivo de desenvolver um sistema de comércio agrícola internacional e regras internacionais mais justas e sólidas, que protejam os interesses dos agricultores de países em desenvolvimento.

9. **Promover investimentos mútuos no setor agrícola.** As Partes promoverão um ambiente propício para o aumento de investimentos mútuos no setor agrícola, inclusive no processamento de grãos e alimentos, em coordenação com o Grupo de Trabalho de Investimentos da Subcomissão Econômico-Comercial.

10. **Envolver as entidades financeiras na cooperação agrícola.** O Banco de Desenvolvimento da China se dispõe a oferecer apoio financeiro para o desenvolvimento da

cooperação bilateral em agricultura, inclusive por meio de iniciativas em pesquisa agrícola, comércio agrícola, investimento agrícola mútuo e workshops e seminários de tecnologia entre o Brasil e a China. O Banco do Brasil e o BNDES também se dispõem a apoiar essas iniciativas de acordo com as orientações de ambas as instituições.

Artigo 9

Área de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena

1. Ambos os lados estão empenhados em reforçar a cooperação bilateral e o intercâmbio na área de inspeção e quarentena de alimentos e produtos agrícolas, com o objetivo de promover o efetivo desenvolvimento, racionalização e agilização do comércio bilateral desses itens, por meio da implementação de procedimentos que garantam a segurança e a qualidade dos produtos animais e vegetais, de acordo com as regras da OMC. Brasil e China aprofundarão ainda mais a institucionalização da troca de experiências em políticas nacionais, assim promovendo a confiança recíproca e permitindo a diversificação das exportações e importações bilaterais de alimentos e produtos agrícolas. Ambos os lados concordam em renomear a Subcomissão como “Subcomissão de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena”.
2. As partes concordam em continuar ativamente a implementar o “Plano de Trabalho em Cooperação Sanitária e Fitossanitária entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil (MAPA) e a Administração-Geral para a Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China (AQSIQ)”, assinado em 19 de maio de 2009.
3. Ambos os lados concordam em intensificar a troca de informações sobre leis e regulamentos relativos a segurança alimentar, estabelecer consultas, desenvolver pesquisas conjuntas em tecnologias relevantes em inspeção e quarentena e aumentar as visitas recíprocas e o intercâmbio de informações.
4. Ambos os lados facilitarão a coordenação de posições em fóruns multilaterais e outras organizações internacionais, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), a Comissão do Codex Alimentarius (CAC) e a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (IPPC).
5. O MAPA e a AQSIQ manterão diálogo regular em todos os níveis, a fim de assegurar a implementação de um sistema de “alerta antecipado”, que resolva com agilidade problemas sanitários emergentes por meio do exame célere, caso a caso, das medidas a serem adotadas para os problemas que possam ameaçar o comércio bilateral.
6. Ambas as Partes se empenharão em assegurar um comércio desimpedido de aves brasileiras para a China e de tripas chinesas de ovelha e cabra para o Brasil.
7. Brasil e China darão continuidade às medidas para permitir o comércio bilateral de carne suína, inclusive com a aprovação dos sistemas sanitário e de registro em vigor no Brasil e na China e de todos os requisitos necessários relacionados a pedidos de registro apresentados.

8. Ambas as Partes se comprometem a agilizar os procedimentos para a implementação dos protocolos assinados em 12 de novembro de 2004 sobre exportação de carnes termicamente processadas de aves e de suínos da China para o Brasil, de forma a gerar correntes de comércio.
9. Ambas as Partes concordam em implementar de forma expedita o reconhecimento das zonas livres de febre aftosa, em conformidade com o Plano de Trabalho assinado em 19 de maio de 2009 entre o MAPA e a AQSIQ, para facilitar a expansão bilateral das exportações de carne bovina.
10. As Partes concordam em assinar o “Protocolo sobre Requisitos Sanitários e Fitossanitários para Exportação de Folhas de Tabaco do Brasil para a China entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração-Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China” e o “Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias Animais para Exportação de Carne Bovina Termicamente Processada do Brasil para a China entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração-Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China”.
11. Considerando a questão do acesso recíproco de frutas chinesas e brasileiras, ambos os lados comprometem-se a realizar a necessária avaliação de risco e a aprimorar as consultas, de forma a facilitar o comércio bilateral de frutas o mais rápido possível; a iniciar negociações sobre um acordo bilateral na área de frutas e vegetais, implementando os entendimentos alcançados durante a primeira reunião da Subcomissão, em setembro de 2007. As frutas identificadas como prioritárias por ambos os países são: frutas cítricas, uvas e melão (Brasil), e pêra, maçã e frutas cítricas (China). Como primeiro passo, as análises de risco para as frutas cítricas brasileiras e para a pêra chinesa poderiam ser concluídas. O potencial para as maçãs e uvas também poderia ser levado em consideração.
12. Ambas as Partes concordam em iniciar e desenvolver discussões técnicas sobre as condições sanitárias para o comércio bilateral, dentre outros produtos, de: outras frutas e vegetais; pintos-de-um-dia; ovos fecundados; ovos; gelatina; carne e couro de cavalo, asininos e mulas.
13. Brasil e China buscarão também acordo nos procedimentos sanitários sobre o comércio bilateral em ambos os sentidos de produtos derivados do leite.
14. Ambos os lados concordam em aprofundar as trocas e a cooperação nas áreas de metrologia, padrões, inspeção, certificação e acreditação por meio de consultas, visitas mútuas e organização de simpósios, assim como de pesquisas conjuntas e intercâmbio técnico. Os dois lados também aprimorarão a cooperação e o apoio recíproco em organizações internacionais como a Organização Internacional de Normalização (ISO), a Comissão Eletrotécnica Internacional (IEC) e a Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML).

15. Ambas as Partes concordam em implementar o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica sobre Vigilância de Medicamentos e Produtos Relacionados à Saúde, assinado em 24 de maio de 2004, entre a ANVISA e a Administração Estatal de Alimentos e Drogas da China.

Artigo 10

Área de Indústria e Tecnologia da Informação

1. Objetivos:

- (i) Promover o diálogo e a troca de informações relativas a políticas industriais de ambos os países;
- (ii) explorar o potencial para a cooperação industrial e de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) a partir das complementaridades entre os dois países;
- (iii) promover a troca de experiências em desenvolvimento industrial e de TIC entre os dois países;
- (iv) ambas as Partes concordaram em renomear a subcomissão como “Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação”.

2. Escopo da cooperação:

- (i) diálogo sobre políticas de desenvolvimento industrial e de TIC, incluindo políticas relacionadas com inovação, financiamento e padrões tecnológicos; troca de experiências bem sucedidas de industrialização e informatização em ambos países;
- (ii) cooperação em áreas industriais, tais como recursos minerais, indústria de aviação civil, etanol-combustível para motores, utilização abrangente de resíduos, indústria leve e têxteis;
- (iii) cooperação em áreas de indústria eletrônica e de tecnologia da informação, tais como TV digital, comunicação sem-fio e software;
- (iv) troca de experiências na transformação e aprimoramento de indústrias tradicionais por meio do uso TIC e na promoção da aplicação de TIC em várias áreas;
- (v) intercâmbio e cooperação entre Pequenas e Médias Empresas (PME) em ambos os países.

3. Formas de cooperação:

- (i) troca de visitas de ministros e outras autoridades;
- (ii) reuniões da Subcomissão para revisar o progresso da cooperação e formular o plano de trabalho anual;

(iii) promoção da troca intensificada de tecnologia entre empresas e institutos de pesquisa em ambos os países;

(iv) intercâmbio de listas de eventos nos dois países, como conferências, exposições e feiras de comércio relacionados com a indústria e a TIC, e apoio a empresas nacionais e associações industriais para participação em tais eventos realizados pela outra Parte;

(v) fortalecimento da coordenação em fóruns multilaterais e organizações internacionais das quais Brasil e China fazem parte, na área pertinente.

Artigo 11

Área de Cooperação Espacial

1. **Continuidade e expansão da cooperação espacial.** As Partes reiteram o desejo de continuar e aprofundar a cooperação espacial. As Partes destacam o CBERS (“China-Brazil Earth Resources Satellite”) como um dos programas de cooperação tecnológica e científica mais bem-sucedidos entre países em desenvolvimento e reafirmam o desejo de expandir e enriquecer a cooperação no âmbito desse programa.

2. **Fortalecimento da parceria estratégica.** As Partes implementarão ativamente o Protocolo para a Continuidade, Expansão e Aplicação do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres entre a Agência Espacial Brasileira do Governo da República Federativa do Brasil e a Administração Espacial Nacional da República Popular da China.

3. **Acesso de países em desenvolvimento ao CBERS.** As Partes continuarão a promover a utilização dos dados e imagens do CBERS em países em desenvolvimento, especialmente no continente africano.

4. **Recebimento dos dados dos satélites chineses HJ-1A e HJ-1B no Brasil.** A China fornecerá dados e imagens dos satélites HJ-1A e HJ-1B às estações terrestres brasileiras para recepção direta, processamento, arquivamento e distribuição necessários ao monitoramento ambiental doméstico brasileiro e mitigação e prevenção de desastres.

5. **Política de dados.** China e Brasil expandirão o programa CBERS e suas aplicações por meio da assinatura de um acordo que defina a política de dados para distribuição de imagens produzidas pela série de satélites CBERS à China, Brasil e outros países. Essa política de dados cobre os dados obtidos pelo CBERS-1, CBERS-2 e CBERS-2B bem como pelos futuros CBERS-3 e CBERS-4.

6. **Expansão da cooperação.** China e Brasil promoverão esforços para explorar novas áreas de cooperação espacial e tecnologia de satélites, incluindo partes, componentes e equipamentos, com vistas a dominar tecnologias vitais para o desenvolvimento completo da cooperação espacial entre os dois países.

Artigo 12

Área de Ciência, Tecnologia e Inovação

1. **Fortalecer a cooperação.** As Partes consideram que a ciência, a tecnologia e a inovação têm um papel estratégico na elaboração de políticas para o desenvolvimento econômico e para a competitividade de ambos os países. Ambas as Partes fortalecerão o papel de liderança da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da COSBAN, promoverão coordenação e comunicação mais intensas entre os Ministérios de Ciência e Tecnologia dos dois países e explorarão novas oportunidades e áreas de cooperação. As Partes concordam em renomear a Subcomissão como “Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação”.

2. **Áreas de cooperação prioritárias.** As Partes acordam que as áreas prioritárias de cooperação devem ser as de bioenergia e biocombustíveis, nanotecnologia e ciências agrárias, a fim de fortalecer a cooperação bilateral, a transferência de tecnologia, bem como os projetos e pesquisas conjuntos. Os Ministérios de Ciência e Tecnologia de ambos os países promoverão e estimularão ativamente a cooperação entre instituições brasileiras e chinesas nessas áreas.

3. **Benefícios mútuos.** As Partes promoverão cooperação baseada no princípio da igualdade e dos benefícios mútuos, a fim de elevar o nível da cooperação bilateral em ciência e tecnologia e a diversificação das áreas de interesse mútuo.

4. **Inovação para o desenvolvimento.** As Partes promoverão o desenvolvimento, financiamento e execução de projetos conjuntos de pesquisa em áreas de interesse comum, a fim de promover, desenvolver, financiar e executar projetos de cooperação tecnológica e científica, baseados no diálogo sobre políticas públicas em inovação e desenvolvimento.

5. **Implementação do Plano de Trabalho sobre cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em 19 de maio de 2009.** As Partes realizarão todos os esforços necessários para implementar os seguintes projetos, tal como acordado no Plano de Trabalho em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em 19 de maio de 2009:

(i) **Bioenergia e biocombustíveis** (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade de Tsinghua, Academia Chinesa de Ciências Agrárias de Guangxi e Academia Chinesa de Ciências Agrárias Tropicais - CATAS):

(a) produção de biodiesel derivado de algas, de acordo com as seguintes tecnologias existentes nos dois países: - o processo de produção da biomassa de cana a partir da hidrólise enzimática da cana-de-açúcar, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; o processo de cultivo de algas, em culturas celulares de alta densidade, com alto conteúdo de óleo, desenvolvido pela Universidade de Tsinghua. Essas duas áreas são altamente complementares e permitirão o desenvolvimento de uma tecnologia inovadora para produção de biodiesel;

(b) promover o estudo da hidrólise da biomassa da cana-de-açúcar, usando enzimas produzidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como a biomassa de cana-de-açúcar da província chinesa de Guangxi, e, em sequência, processando as enzimas de alto

desempenho com técnicas disponíveis na Academia Chinesa de Ciências Agrárias Tropicais (CATAS).

(ii) **Nanotecnologia** (Academia Chinesa de Ciências – CAS; Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e outras instituições e agências de pesquisa que compõem o Sistema Nacional de Inovação do Brasil): instituições brasileiras de pesquisa em nanociência e nanotecnologia e a Academia Chinesa de Ciências darão prioridade às pesquisas conjuntas nos campos de nanometrologia, encapsulação de drogas (estruturas e processos) e nanomateriais. Brasil e China também acordam estabelecer um Centro Brasil-China em Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia. As prioridades e os dispositivos regulamentares do Centro serão conjuntamente definidos em seminários e videoconferências.

(iii) **Ciências Agrárias** (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e Academia Chinesa de Ciências Agrárias – CAAS): a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), juntamente com a Academia Chinesa de Ciências Agrárias (CAAS), decidiram estabelecer Laboratórios Conjuntos na China e no Brasil. Os laboratórios contarão com equipe de trabalho adequada e conduzirão pesquisas básicas e aplicadas conjuntas em campos tais como biocombustíveis, biotecnologia e genética vegetal.

(iv) **Apoio ao Centro Brasil-China de Tecnologias Inovadoras para Mudança Climática e Novas Fontes de Energia**, estabelecido pela COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pela Universidade de Tsinghua. As atividades desse centro serão apoiadas por parcerias com instituições acadêmicas, organizações empresariais e governamentais chinesas e suas contrapartes brasileiras interessadas no trabalho do Centro.

6. Projetos adicionais poderão ser considerados durante futuras reuniões da Subcomissão em Ciência, Tecnologia e Inovação da COSBAN, tais como projetos nas áreas de difusão, educação e popularização da ciência e pesquisa e desenvolvimento nanotecnológicos aplicados ao setor têxtil.

Artigo 13 **Área Cultural**

1. As Partes concordam em aprofundar a cooperação nos campos da cultura e das artes, rádio, filme e televisão, imprensa, editoração e esportes, para estimular intercâmbios e colaborações culturais mais frequentes naquelas áreas, a fim de fortalecer a compreensão mútua e a amizade entre os dois povos.

2. As Partes concordam, no âmbito da Subcomissão Cultural, em estabelecer um mecanismo de encontros de trabalho regulares em nível ministerial; aprimorar o intercâmbio e a cooperação culturais entre os dois Governos; implementar o Programa Executivo Cultural para 2010-2012, sob a cobertura do “Acordo de Cooperação Educacional e Cultural”; encorajar e facilitar o intercâmbio cultural bilateral envolvendo vários setores sociais; explorar novas oportunidades para intercâmbio em diferentes campos e melhorar o nível profissional da cooperação.

3. Conforme acordado entre os Presidentes dos dois países, as Partes organizarão o “Mês da China no Brasil”, em 2010, e o “Mês do Brasil na China”, em 2011.
4. Brasil e China concordam em encorajar organizações culturais e artistas de ambos os países a participar de eventos culturais tais como festivais e competições artísticas internacionais, exposições e fóruns realizados no outro país; promover trocas entre profissionais das artes (artes visuais, teatrais, de cinema, música, dança e design); e encorajar e apoiar artistas na pesquisa acadêmica no outro país.
5. As Partes concordam em começar consultas sobre o estabelecimento de um Centro Cultural Chinês no Brasil e um Centro Cultural Brasileiro na China.
6. As Partes fortalecerão o intercâmbio no campo da indústria cultural e encorajarão a cooperação entre empresas culturais dos dois países.
7. As Partes encorajarão a troca e doação de livros entre as bibliotecas, bem como o intercâmbio de bibliotecários entre os dois países; a participação de editoras e instituições culturais em feiras internacionais de livros de ambos os países; a promoção do estabelecimento de acordos entre editoras para publicação de livros de autores de ambos os países, em edições bilíngues sempre que possível.
8. Brasil e China intensificarão a cooperação nos campos de línguas e publicações, a fim de promover o uso do mandarim e do português no intercâmbio bilateral; apoiar o projeto de compilação e edição de um Dicionário Português-Chinês, a partir da base de dados do Dicionário “Le Grand Ricci”; encorajar a iniciativa da Academia Chinesa de Ciências Sociais de traduzir livros clássicos de ciências sociais brasileiras, com alta qualidade editorial e apresentação acurada da cultura brasileira aos leitores chineses; encorajar as iniciativas de traduzir e publicar títulos clássicos e modernos sobre a China no Brasil, com subsídios fornecidos pela Parte Chinesa.
9. As Partes promoverão a cooperação no campo da imprensa, bem como a troca de visitas entre formadores de opinião de ambos os países, e fortalecerão a cooperação entre agências governamentais de notícias.
10. Brasil e China concordam em promover a cooperação no campo dos esportes, a fim de fortalecer os esportes olímpicos no Brasil e na China, bem como em acumular experiência na organização de eventos esportivos de grande escala.
 - (i) Considerando a eleição do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, e a experiência adquirida pela China ao sediar os Jogos Olímpicos de 2008, as Partes decidem estabelecer um grupo de trabalho, sob a Subcomissão Cultural, para cuidar de assuntos relacionados a esportes.
 - (ii) Considerando o alto nível da experiência brasileira em futebol, as Partes decidem oferecer oportunidades para cooperação e promover o futebol brasileiro, inclusive por meio da abertura de centros de treinamento de futebol brasileiro na China, em parceria com escolas locais. Durante a Expo Xangai 2010, ambos os países poderiam organizar uma partida amistosa de futebol entre as seleções nacionais do Brasil e da China.

Artigo 14

Área de Educação

1. As Partes concordam em fortalecer os intercâmbios educacionais bilaterais, com vistas a promover a cooperação em diferentes níveis e a compartilhar experiências e boas práticas.
2. Ambas as Partes concordam em realizar intercâmbios baseados no benefício mútuo, por meio da concessão de bolsas governamentais.
 - (i) A Parte chinesa confirma o oferecimento de 22 bolsas de estudo governamentais por ano para estudantes brasileiros, ao longo do período de vigência deste Plano de Ação. A Parte brasileira confirma que fornecerá bolsas de estudo para estudantes chineses com base na reciprocidade, observando os limites institucionais e legais respectivos;
 - (ii) as Partes confiarão ao China Scholarship Council (CSC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a responsabilidade pela implementação de programas bilaterais de bolsas de estudo;
 - (iii) as Partes encorajarão o CSC e a CAPES a assinar acordos operacionais baseados nas diretrizes do Plano de Ação Conjunta;
 - (iv) as Partes avaliarão conjunta e periodicamente a possibilidade de aumentar o número de bolsas de estudo oferecidas ao outro país.
3. A fim de facilitar o diálogo e a cooperação acadêmicos entre universidades de ambos os países, as Partes encorajarão membros da comunidade acadêmica a participar de intercâmbios, pesquisa e atividades acadêmicas conjuntas de interesse mútuo.
4. Ambas as Partes concordam em encorajar visitas entre agências governamentais, organizações e instituições educacionais, para compartilhar informações sobre instituições, políticas, leis e regulamentos na área da educação, bem como sobre materiais didáticos.
5. Ambas as Partes concordam em fornecer auxílio ao ensino de línguas, apoiando programas de ensino da língua chinesa e portuguesa em universidades dos dois países, especialmente por meio de:
 - (i) envio de professores de línguas, para auxiliar no ensino e/ou para contribuir para o treinamento de professores;
 - (ii) fornecimento de materiais didáticos e de colaboração no desenvolvimento de livros-texto;
 - (iii) assistência ao desenvolvimento de Institutos Confúcio na Universidade de São Paulo e na Universidade de Brasília, bem como de quaisquer outros Institutos criados depois da assinatura deste Plano de Ação;

(iv) realização de exames CELPE-BRAS em universidades chinesas e testes HSK em universidades brasileiras, encorajando, para esse propósito, as instituições implicadas a chegar a um acordo o mais rápido possível;

(v) assistência ao desenvolvimento do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), estabelecido na Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), do Centro para Cultura Brasileira estabelecido na Universidade de Pequim (PKU), bem como qualquer outro CEB criado depois da assinatura deste Plano de Ação;

(vi) assistência ao desenvolvimento de outros centros para o estudo da língua portuguesa, variante brasileira, nas universidades chinesas, tais como a Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong, a Universidade de Comunicações de Pequim e a Universidade de Estudos Internacionais de Pequim;

(vii) apoio à difusão do estudo e do ensino do português, variante brasileira, em universidades, tais como a Universidade de Nanjing e a Universidade Jiaotong de Xangai.

Artigo 15

Este Plano de Ação Conjunta entra em vigor na data de sua assinatura e é válido por um período de cinco anos.

Feito em Brasília, em 15 de abril de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português, chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

PELA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Hu Jintao
Presidente